

QUADRO — Rubricas dos balanços da Caixa Económica da Associação de Socorros Mútuos de Ponta Delgada (1927-1932)

Pastas	Conta capital	Conta de fundos	Conta de depósitos	Movimento anual
1927, dezembro, 31	2 561\$21,5	39 926\$74	164 294\$02,4	2 353 375\$61,6
1928, dezembro, 31	9 971\$93,2	56 445\$70,4	340 680\$27,2	9 757 069\$32
1929, dezembro, 31	32 847\$19,6	97 860\$16,8	747 964\$29,6	15 152 949\$76
1930, dezembro, 31	58 043\$74,4	138 800\$14,4	1 558 834\$78	28 543 744\$40
1931, dezembro, 31	84 378\$21,2	176 962\$95,6	2 097 348\$85,6	33 488 270\$12
1932, dezembro, 31	117 959\$00	226 533\$10	2 311 614\$40	38 808 465\$41,8

Fonte: *Diário dos Açores*, 3 de janeiro de 1934.

Na crise financeira de 1934, que varreu a ilha de São Miguel, a sociedade temeu entrar em falência, facto que se verificou pelo desfalque «com importante desvio de fundos» do gerente da altura, que, no entanto, se defendeu com «estado de atraso da escrita, a sua caótica desorganização, a falta de documentação das operações contabilizadas, ou pelo menos a ignorância dos funcionários e da direcção sobre o local do seu arquivo ou sobre a pessoa em cuja posse se encontravam» (Teixeira Dias, *Hist. da Assoc. Socorros Mútuos*, p. 119). As dívidas ascendiam a 800 contos. O gerente foi condenado e cumpriu pena de prisão. Em 5 de maio de 1935, a Caixa suspendeu os seus pagamentos, tendo sido nomeado um comissário do governo, em 7 de setembro de 1935. Desde logo, segundo o Decreto n.º 22 090, de 10 de janeiro de 1933, as caixas económicas em suspensão de pagamentos ficavam sujeitas ao regime especial de liquidação. Em 21 de dezembro de 1936 era nomeada uma comissão liquidatária, que foi composta pelo Dr. Fernando Moreira de Paiva (comissário do governo), José de Carvalho, presidente da Associação de Socorros, e pelo padre João Gomes, representante dos credores. Pelo Decreto-Lei n.º 26 816, de 21 de julho de

1936, o governo autorizava a reconstituição da Caixa Económica da Associação de Socorros Mútuos de Ponta Delgada. Segundo a imprensa local, explicava-se a decisão governamental pelo facto de entre os 5250 depositantes, 4418 serem trabalhadores rurais, operários e criadas de servir que, com grandes dificuldades, tinham amealhado alguma poupança, que «se impedisse da forma mais adequada que as economias [...] fossem desbaratadas em benefício de meia dúzia de ambiciosos que pelo facto de terem capital disponível se apropriaram com nenhum esforço e insignificante capital do produto do trabalho daqueles» (*Diário dos Açores*, 26 de junho de 1936). Doravante, a Caixa iria alienar parte do património que adquirira por força dos créditos hipotecários que não conseguira reaver. «Entrará em processo de liquidação em 1935 e virá a fechar as portas, em 1953» (Teixeira Dias, *Hist. da Assoc.*, pp. 123 e 125).

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Açores, janeiro, 1928; *Diário dos Açores*, 1934; DIAS, Teixeira, *História da Associação de Socorros Mútuos, Ponta Delgada, 1867-2000*, Edição de Autor, Ponta Delgada, 2002.

FSD

CAIXA ECONÓMICA DA MISERICÓRDIA DE PONTA DELGADA (1925-2000)

A instituição foi fundada em 2 de dezembro de 1925, com o objetivo de difundir o espírito de poupança e previdência entre os Irmãos da Santa Casa e entre o público, em geral. Também pretendia contribuir com parte dos seus lucros anuais para o orçamento da Santa Casa da Misericórdia. O capital inicial era de 50 contos, parte do legado de 500 contos deixado por Henrique Bensaúde para a Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada. Os primeiros lucros ascenderam a 12 645\$40 insulanos. A depressão que dizimou algumas instituições na praça micalense não trouxe problemas à Caixa, mas, lamentava-se a direção, no relatório e contas de 1955, que «a falta de vontade própria, a incompreensão e ainda a ausência e um hábito de poupança quase totalmente afastado da nossa gente» explicavam a falta de dinamismo da instituição. Apesar desta contrariedade, desde a sua fundação até final de 1953, a Caixa contribuiu para a Misericórdia com 405 contos, constituindo em capital e fundo de reserva o total de 253 contos. Somadas as duas verbas, verifica-se a contribuição e a consolidação patrimonial numa média de 23 500\$00 anuais. No ano de 1950, a atividade quase paralisou, mas, nos anos seguintes, os Irmãos da Santa Casa perseguiram o desiderato de não fechar a Caixa. No relatório de 1951, a direção informava que as operações só se tinham desenvolvido a partir do 2.º semestre do ano em referência, tendo os lucros obtidos revertido a favor da Santa Casa da Misericórdia. De resto, a instituição de crédito mais não pretendia do que ajudar a Santa Casa e constituir um estímulo à «pequena economia». No ano seguinte, em 1952, repetia-se que «pretendemos estimular e centralizar as pequenas

economias das classes trabalhadoras e economicamente mais débeis. Inculcando-lhes disciplina nos seus gastos, prudência nos seus apelos ao crédito, pontualidade nos seus compromissos, tornando essas economias produtivas [...] sem outro estabelecimento congénere na nossa praça temos consciência nítida da missão económica-social que à Caixa Económica da Misericórdia de Ponta Delgada está destinada». Manifestava-se, agora, o regozijo geral pela conta de lucros e perdas ter ultrapassado «em muito, todos os resultados registados desde 1934». Insistia-se que o objetivo era a proteção à pequena economia e «contribuir para uma racional distribuição de crédito, para uma melhoria das condições de vida das classes menos abastadas do concelho». As operações publicitadas eram as seguintes: «[...] contas de depósito à ordem e a prazo desde 10\$00, descontos, transferências, cobranças, Procuradoria (Administração de bens, liquidação de heranças, cobrança de juros e dividendos, etc. Agência de seguros, todas as operações bancárias, 30 anos ao serviço da pequena economia local.» As instalações da Caixa localizavam-se na Praça de 5 de Outubro, no edifício do Hospital, rés-do-chão, esquerdo. No exercício de 1954, a contribuição e consolidação patrimonial ascenderam a 50 contos, marcando uma nova fase da instituição, podendo, doravante, consolidar o crédito e restabelecer as relações comerciais, na Praça. O otimismo vingava porque, a par das atividades bancárias citadas, alargaram-se as atividades a «administrações particulares, procuradorias, agências de seguros» para aumentar as receitas. Neste ano, abriram-se 133 contas novas, registaram-se 1094 guias de

depósito e pagaram-se 872 cheques «a atestar a confiança sempre crescente, que inspira este pequeno estabelecimento de crédito». No relatório relativo ao exercício de 1957, registavam-se mais 112 novos clientes e a vontade era de promover «um maior incremento da instituição dando vida a uma instituição regional para [contribuir] para um maior auxílio à agricultura, comércio e indústria e, de um modo geral, em proveito de toda a actividade económico-social». Segundo o relatório de 1954, o universo dos seus clientes era constituído por camponeses, arrendatários, pequenos lavradores e proprietários, «em resumo aquela parte da população obreira do nosso meio social, que, pela modicidade e natureza especial as suas necessidades e recurso, dificilmente têm acesso ao crédito nos Bancos Comerciais. Justificadas economicamente essas necessidades, verificadas a honestidade e boas condições de solvência dessa classe — num regímen suave de amortizações peculiar da praça — não nos temos poupado a esforços para servi-la, conscientes de que servindo-a, servimos a Terra, preenchendo uma lacuna prejudicial à sua economia». Nesse ano, pela distribuição geográfica da carteira comercial, efetuaram-se 830 descontos de letras a clientes do concelho de Ponta Delgada, representando 1 708 041\$00; 15, no da Ribeira Grande, representando 46 834\$80; 10, no da Lagoa, representando 18 490\$00. Nos anos seguintes, reforçou-se a concentração da atividade para os clientes do concelho de Ponta Delgada, nomeadamente os da freguesia de São José. Em 1955, o número de clientes aumentou ainda mais: foram abertas 165 novas contas. No ano seguinte, registou-se a entrada de muitos comerciantes micalenses o que

contribuiu para o notável aumento das transferências para o continente. No entanto, prosseguiu a concessão dos pequenos créditos, numa «continuidade, embora cautelosa». No ano de 1963, o crescimento das atividades aconselhou a remodelação das instalações, agora eficientes e apropriadas à nova condição e posição comercial. No período entre 1955 e 1965, a Misericórdia recebeu 650 contos de comparticipação nos lucros. No relatório de 1971, a direção lamentava que o «pequeno capital dificultasse a tarefa de obter maiores lucros, mas o facto de existir e manter a Misericórdia e pela afectação de verbas ser possível manter no seu hospital um serviço de urgência com permanência de 24 horas». Após a referência ao ano de 1970 com novas práticas na banca insular, no relatório de 1972, é referida «a abertura de novos estabelecimentos bancários nesta ilha», facto que foi encarado com otimismo, porque contribuiriam «para uma muito maior expansão de desenvolvimento das nossas enormes potencialidades». Porém, a concorrência agudizava-se e temia-se que os lucros destinados ao Hospital diminuíssem, com prejuízo para os doentes. Ao longo de 1973, assistiu-se ao aumento de capital nos bancos comerciais, diminuindo o peso relativo da Caixa. No ano de 1972, a compra do edifício para a sede efetuada em 1967 foi totalmente reintegrada neste exercício e, no princípio de 1973, foi comprado o edifício contíguo às instalações para alargamento das mesmas. Mas, contrariamente ao esperado, não foi possível aumentar as instalações no decurso de 1973 pela concorrência dos bancos comerciais. Invocado pela primeira vez em 1974, a Caixa passou a usar o lema: «Servindo a terra, servimos a Misericórdia». A incerteza e o clima de

desconfiança que grassava no País em 1975 também teve eco na economia açoriana, com o agravamento da taxa de juros passivos e a continuada interdição de a Caixa comercializar com cambiais. Esta situação mereceu, então, uma alongada exposição da direção à Junta Regional dos Açores. Entretanto, as instalações hospitalares foram desanexadas da administração da Santa Casa da Misericórdia, retirando a pesada obrigação de distribuição de parte dos lucros para aquela instituição. Em 1951, a direção era composta por Ernesto Hintze Ribeiro, Alexandre de Castro e José Moniz Pacheco. Em 1953, este último elemento fora substituído por Duarte Diniz de Andrade Albuquerque Bettencourt. Nesses anos de 1951 a 1954, o conselho fiscal era constituído por Albano de Freitas da Silva Oliveira, Álvaro Trigo e Silva e Alfredo de Sousa Mota: composição que se manteve até 1957, quando o presidente da direção passou a ser Guilherme do Canto Paim de Bruges, ainda que mantendo os vogais. Também o conselho fiscal era, agora, presidido por Ernesto Hintze Ribeiro, João

Pereira da Costa, Jr. e Horácio Teves. No ano de 1958, a direção mantinha o mesmo presidente, mas era agora coadjuvado por Manuel Raposo de Medeiros Jr. e José Pereira da Silva Brandão. Em 1966, este último foi substituído por Manuel Aires Silva Simões. No ano seguinte, este mesmo diretor foi substituído por Eduardo Wallenstein. Em 1968, a direção passou a ser composta por Manuel Raposo de Medeiros Jr., Eduardo Wallenstein, João de Viveiros Bettencourt. Em 1970, este último foi substituído por João Guilherme Fisher Berquó de Aguiar. O conselho fiscal era representado por Horácio Teves e Laurénio Tavares Raposo Matias. A partir de 1965, também passou a integrar Carlos do Figueiredo Cardoso. Em 1954, a direção era ainda presidida por Ernesto Hintze Ribeiro, sendo vogais Duarte Diniz de Andrade de Albuquerque Bettencourt e Dinis Faria. Nesse ano de 1954, estabeleceu-se um acordo com o Banco Português do Atlântico, «exemplo de solidariedade bancária», que concedia uma margem de redesconto até ao montante de 250 000\$00.

QUADRO — Lucros distribuídos ao Hospital da Santa Casa da Misericórdia (1959-1976)

Anos	Lucros
1959-1960	45 000\$00
1961-1962	145 000\$00
1963-1964	230 000\$00
1965-1966	340 000\$00
1967-1968	665 000\$00
1969-1970	885 500\$00
1971-1972	1 500 000\$00
1973-1974	1 650 000\$00
1975-1976	500 000\$00

Fonte: Relatórios e Contas, 1959-1976.

Nos anos de 1980 e 1981, foram criadas as agências de Rabo de Peixe e Vila Franca do Campo, na ilha de São Miguel, e, em 3 de maio de 1985, foi inaugurada a nova sede, na cidade de Ponta Delgada. No ano 2000, a Caixa entrava para o Banco Espírito Santo dos Açores, representando 38,4% do seu capital. Os restantes 61,6% pertenciam ao Grupo Banco Espírito

Santo. O capital social era de 17 500 mil euros e o ativo líquido de 173 294 mil euros.

FONTES

Relatórios e Contas, 1950-1974. Banco Espírito Santo dos Açores [mensagem conjunta dos presidentes do conselho de administração e da comissão executiva], 2000.

FSD

CAIXA ECONÓMICA DA PRAIA DA VITÓRIA (1905-1983)

Sociedade anónima de responsabilidade limitada, é já mencionada pelo *Almanaque dos Açores para 1905*, sendo a sua direção constituída pelo Dr. Alexandre Pamplona Ramos, Joaquim Borges do Rego Félix e Aniceto de Ornelas Ormonde. Após um longo silêncio das fontes, o relatório e contas de 1935 explica que se agravaram as «más condições de vida» para os estabelecimentos de crédito, mas os lucros da instituição ainda atingiram os 72 958\$96 — importância quase igual à do ano anterior. Para fazer face às contrariedades e consolidar o ativo, foi criada a conta reserva para depreciações, na importância de 38 054\$01. O capital social era de 20 000\$00 — valor que se vai manter até à incorporação da Caixa Económica da Praia da Vitória na Caixa Económica Açoreana, em 1983, juntamente com a Caixa Económica da Ribeira Grande* e a Caixa Económica Picoense*. Nesse ano de 1935, a direção era composta por João Baptista Mendes, Domingos Borges do Rego e Domingos Cândido Braga da Cruz. Então, dos 51 acionistas, 14 eram do sexo feminino, possuindo 704 ações, num total de 2500 ações. Nos anos seguintes, até

1941, os relatórios não deixam de referir o agravamento da situação económica da ilha, patente em todas as operações do banco, aconselhando prudência nos empréstimos. No decurso de 1956, a direção, aproveitando «o grande desenvolvimento do concelho para movimentar as disponibilidades financeiras do estabelecimento a seu cargo, dividiu o capital emprestado pelo maior número de clientes em quantias reduzidas, evitando, assim, o risco de empréstimo e assegurando ao mesmo tempo facilidades a um número relativamente grande de indivíduos». No ano seguinte, porém, a direção queixava-se da diminuição dos depósitos pela crise de desemprego. Em 1958, era a vez de se mencionar a diminuição de obras no concelho que contribuía para uma menor movimentação de capitais. No ano de 1974, no rescaldo da crise do petróleo e da Revolução de Abril, registou-se uma quebra do ritmo de expansão dos depósitos bancários — em virtude de um anormal entesouramento. A Caixa não sofreu, porém, qualquer sequela e os depósitos aumentaram mesmo 42% em relação ao ano anterior. Nos anos seguintes, as atividada-

CAIXA ECONÓMICA DA PRAIA DA VITÓRIA (1905-1983)

QUADRO — Balanços da Caixa Económica da Praia da Vitória (1935-1982)

Ativo

Anos	Caixa	Depósitos noutros bancos	Carteira comercial	C/C e empréstimos caucionados	Contas de ordem	Ativo
1935	167 684\$20	589 750\$55	1 668 695\$00	1 975 731\$77	218 749\$45	4 838 427\$67
1936	77 032\$85	411 049\$37	1 816 065\$50	1 629 125\$40	22 282\$40	4 785 653\$52
1937	72 294\$17	228 539\$31	2 026 526\$00	1 532 572\$30	22 282\$40	4 511 061\$53
1938	69 471\$24	281 006\$82	1 894 207\$00	1 315 787\$60	22 282\$40	4 145 095\$50
1939	73 399\$83	362 784\$48	1 805 536\$50	1 101 872\$90	22 282\$40	3 790 612\$56
1940	135 641\$86	302 104\$82	1 638 034\$00	1 033 828\$35	22 282\$40	3 565 053\$98
1941	58 254\$99	415 660\$18	1 407 632\$00	981 551\$45	22 282\$40	3 510 976\$32
1942	41 481\$63	438 282\$03	1 356 139\$50	868 513\$50	22 282\$40	4 329 557\$66
1943	131 912\$64	551 519\$34	1 782 629\$10	760 315\$75	22 282\$40	4 670 756\$88
1944	186 642\$88	870 750\$17	2 260 330\$50	746 440\$05	22 282\$40	5 512 760\$20
1945	686 322\$88	1 336 947\$54	2 573 803\$00	831 583\$35	22 282\$40	6 882 120\$87
1955	1 171 082\$48	370 993\$72	5 657 211\$00	1 104 286\$85	1 293 584\$55	9 840 645\$60
1956	1 186 122\$93	561 076\$47	5 730 745\$50	1 595 893\$65	1 520 606\$68	10 814 859\$83
1957	1 089 204\$43	501 978\$40	5 273 081\$60	1 550 693\$30	1 242 140\$07	9 885 524\$22
1958	1 181 155\$36	702 241\$10	4 934 415\$50	1 782 030\$60	1 181 139\$41	10 238 121\$14
1959	1 200 437\$68	704 593\$90	5 268 001\$20	2 237 313\$50	990 630\$26	11 025 277\$36
1960	994 446\$97	706 949\$60	5 834 679\$00	533 166\$00	1 159 831\$28	11 249 394\$27
1961	556 435\$81	912 737\$35	5 758 384\$00	533 165\$00	1 214 702\$72	10 963 268\$50
1962	921 218\$20	723 018\$35	5 242 689\$00	2 030 783\$40	1 173 723\$50	10 443 128\$69
1963	796 384\$91	793 215\$00	5 697 751\$10	2 234 299\$40	1 121 120\$97	11 046 690\$59
1964	1 213 212\$72	719 800\$60	6 082 524\$40	2 323 936\$20	1 254 248\$00	11 938 428\$24
1965	1 384 419\$11	716 971\$22	6 557 157\$20	2 564 055\$50	1 420 276\$70	12 975 074\$57
1975	18 099 952\$97	76 737 969\$76	46 437 449\$50	34 463 078\$01	42 464 686\$80	221 339 543\$39
1976	22 968 713\$59	48 821 952\$92	42 135 390\$70	38 963 171\$99	65 009 384\$70	233 456 596\$92
1977	20 648 392\$47	22 831 062\$85	70 935 884\$20	44 220 759\$79	75 612 368\$40	251 657 468\$01
1978	17 698 344\$60	74 463 748\$21	159 980 549\$02	6 013 537\$70	2 866 994\$29	263 548 385\$02
1979	30 096 742\$78	26 203 592\$10	240 865 487\$76	12 847 212\$40	5 292 083\$93	319 605 864\$82
1980	32 027 762\$77	55 416 376\$70	321 041 850\$48	17 604 285\$14	9 683 207\$62	440 188 632\$91
1981	50 804 932\$37	591 809\$24	384 948 072\$24	4 478 277\$30	13 298 760\$99	561 701 536\$22
1982	73 362 962\$29	1 315 132\$44	457 690 058\$79	10 413 440\$50	53 959 257\$87	760 050 391\$87

des da Caixa Económica da Praia da Vitória estavam em expansão. A filantropia foi uma das vertentes nunca esquecidas pela Caixa. No período entre 1935 e 1982, beneficiou a

Santa Casa da Misericórdia da Praia e o Asilo de Mendicidade D. Pedro V, tal como a Cozinha Económica, a partir de 1938, e as Confeções Vicentinas, desde 1952.

CAIXA ECONÓMICA DA PRAIA DA VITÓRIA (1905-1983)

Passivo

Anos	Valores depositados	Depósitos à ordem	Depósito a prazo	Dividendos a pagar	Ganhos e perdas
1935		740 079\$76	3 160 951\$70	3 244\$80	72 958\$96
1936	402 524\$95	778 968\$38	2 791 420\$65	1 106\$00	93 427\$39
1937	301 155\$75	724 362\$57	2 641 394\$50	954\$00	86 269\$62
1938		684 709\$16	2 555 944\$44	1 803\$60	42 901\$80
1939		645 477\$64	2 225 786\$74	1 576\$00	42 134\$37
1940		576 701\$61	2 028 839\$54	1 586\$80	41 641\$05
1941		671 493\$84	1 860 678\$29	1 504\$80	41 580\$31
1942	592 599\$60	778 474\$18	1 948 063\$69	1 812\$00	39 983\$20
1943	592 599\$60	937 257\$59	2 085 645\$69	964\$00	18 329\$06
1944	592 599\$60	1 386 081\$23	2 456 798\$04	1 400\$00	18 113\$58
1945	592 599\$60	2 291 261\$20	2 386 403\$44	1 592\$00	17 237\$20
1955	686 265\$00	3 840 533\$92	3 142 309\$04	4 146\$00	110 160\$96
1956	736 264\$00	3 892 982\$52	3 332 384\$04	6 654\$00	153 905\$86
1957	558 761\$00	3 668 734\$87	3 226 176\$04	2 448\$00	115 257\$43
1958	494 168\$00	3 705 387\$37	3 548 794\$40	4 404\$00	102 083\$30
1959	533 168\$00	4 290 644\$59	3 716 780\$90	2 308\$20	116 658\$65
1960	533 166\$00	4 503 808\$86	3 630 590\$90	s/r	92 344\$29
1961	533 165\$00	4 102 520\$71	3 701 085\$05	s/r	85 601\$19
1962	533 159\$00	4 089 403\$51	3 227 255\$35	s/r	60 000\$75
1963	467 356\$97	4 590 640\$84	3 117 745\$35		73 000\$00
1964	453 764\$00	5 236 501\$69	3 100 372\$55		85 065\$13
1965	704 664\$00	5 702 368\$82	3 666 809\$65		104 309\$63
1975	39 660 560\$00	100 668 500\$85	68 433 090\$95		121 962\$16
1976	62 324 634\$00	72 294 057\$40	85 248 352\$55		68 848\$18
1977	67 073 268\$90	56 655 559\$44	104 939 375\$05		80 284\$08
1978	74 991 168\$90	87 077 625\$61	152 223 797\$40		120 159\$82
1979	116 054 567\$90	60 226 259\$44	211 874 432\$10		1 227 682\$68
1980	117 077 417\$90	85 550 050\$14	298 446 839\$30		1 603 244\$79
1981	219 386 307\$90	88 349 248\$61	396 901 735\$00		1 715 146\$29
1982	329 196 932\$90	151 015 889\$39	485 212 615\$50		2 112 449\$65

Fonte: *Relatórios e Contas, 1835 a 1982.*

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Relatórios e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Gerência de 1935 a 1982; Almanaque dos Açores, 1905; SOUSA, Paulo Silveira e, «Gerir o dinheiro e a distinção: As caixas económicas de Angra do Heroísmo e

os seus corpos dirigentes (1845-1915)», in Arquipélago, História, 2.ª série, VI, 2002, pp. 293-346.

FSD

CAIXA ECONÓMICA DA RIBEIRA GRANDE (1908-1983)

Foi fundada em 12 de julho de 1908, iniciando as suas atividades em 2 de janeiro de 1909. Entre os fundadores, contam-se Herculano Botelho Mota, Hermano da Silva Mota, Luís Athayde Corte Real Estrela Júnior, José Ferreira Cabido e Lino Ferreira Cabido. Sociedade de responsabilidade limitada, tinha a sua sede na vila da Ribeira Grande. Segundo os estatutos,

publicados no *Diário do Governo*, n.º 85, de 20 de abril de 1909, a sua atividade tinha por objeto todas as operações próprias das caixas económicas: desconto, redesconto, negociação de letras e obrigações garantidas. Conforme o relatório e contas mais antigo disponível, a direção no ano económico de 1951 era composta por Hermano da Mota Faria, António Augusto da

QUADRO 1 — Transações da Caixa Económica da Ribeira Grande

UNIDADE: ESCUDOS

Anos	Caixa	Depósitos noutros bancos	Carteira comercial
1950	471 906\$33,1	112 616\$45	2 163 485\$00
1951	422 673\$56,1	100 611\$70	2 409 325\$00
1956			3 592 545\$00
1957			4 500 210\$00
1958			5 171 825\$00
1959	781 892\$67	958 875\$36	5 873 085\$00
1960	345 396\$45	369 335\$77	5 577 645\$00
1961	501 296\$95	899 378\$22	4 152 566\$90
1962	554 381\$39	1 544 939\$86	5 739 005\$70
1965	2 361 784\$11	1 475 008\$09	9 640 271\$40
1966	1 991 923\$48	5 246 959\$55	10 102 227\$40
1967	2 248 924\$68	13 461 795\$71	12 702 670\$60
1968	2 414 895\$14	11 709 873\$95	15 782 658\$20
1969			16 449 491\$60
1970	2 566 038\$94	22 273 625\$23	19 359 648\$50
1971	2 733 851\$29	38 191 023\$76	30 582 826\$40
1972	1 944 393\$32	32 971 386\$12	44 069 123\$70
1973	4 923 542\$70	36 963 275\$06	73 587 043\$30
1974	2 867 613\$80	41 467 894\$42	83 538 272\$40
1975	8 367 029\$87	67 757 258\$16	78 835 295\$70
1976	21 564 786\$90	66 374 303\$48	94 283 912\$60
1977	13 009 294\$13	61 335 664\$29	170 068 462\$80
1978	28 874 828\$33	70 192 592\$17	324 327 748\$88
1979	36 846 141\$97	99 708 993\$20	440 555 716\$80
1980	58 013 063\$45	125 734 398\$31	633 297 222\$90
1981	97 746 471\$40	132 806 052\$13	692 671 753\$74

Fonte: Relatórios e Contas da Gerência, 1951-1981.

A partir de 1960, comportam os empréstimos e c/c caucionadas. Anos de 1956-1958: dados apresentados no relatório e contas de 1967. A partir de 1978, os empréstimos deixam de constar, assim como a carteira comercial, passando a figurar apenas a rubrica «crédito concedido».

Mota Moniz e Manuel Albano Gabriel da Ponte. O conselho fiscal por Evangelino Maria da Ponte, Manuel da Silva Melo e Cristiano Jacinto Pacheco. Segundo o relatório de 1959, a clientela da Caixa era composta por «camponeses e pequenos lavradores», estendendo-se a carteira comercial a 1600 indivíduos. Neste ano, a direção era composta ainda por Hermano Mota Faria e António Augusto da Mota Moniz, mas

entrara Amadeu de Frias Coutinho. No conselho fiscal, encontrava-se, agora, João Botelho Pascoal, mas mantiveram-se Cristiano Pacheco e Manuel da Silva Melo. Relativamente ao ano de 1960, foi construído um edifício para sede da sociedade, afirmando-se que as «instalações que ocupamos há mais de 50 anos já não oferecem a segurança, conforto e espaço suficiente para o bom funcionamento desta instituição».

QUADRO 2 — Algumas rubricas dos balanços da Caixa Económica da Ribeira Grande

UNIDADE: ESCUDOS					
Anos	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo	Dividendos	Beneficência e filantropia	Lucros e perdas
1950	1 823 971\$92,5	797 841\$99	14 478\$93	2 443\$46,6	44 254\$16
1951	1 713 177\$27,5	683 197\$13	12 098\$43	1 273\$46,6	65 237\$37
1956	3 884 885\$24		12 500\$00		
1957	4 618 959\$11		15 000\$00		
1958	5 611 404\$18		15 000\$00		
1959	5 713 461\$36	1 082 855\$40	10 097\$16	5 074\$84	174 860\$84
1960	3 669 780\$35	1 351 226\$52	15 000\$00	7 500\$00	130 415\$83
1961	3 726 055\$23	809 645\$29	12 505\$00	5 000\$00	76 703\$07
1962	6 374 617\$18	964 950\$97	17 500\$00	5 000\$00	83 125\$60
1965	10 441 355\$19	2 024 244\$36	37 500\$00	25 000\$00	245 354\$80
1966	12 951 735\$01	3 323 502\$30	37 500\$00	15 000\$00	254 728\$21
1967	22 359 094\$74	4 631 438\$11	50 000\$00	5 000\$00	337 570\$67
1968	20 349 276\$42	8 341 958\$19	62 500\$00	15 000\$00	474 297\$53
1969	30 332 934\$31				
1970	23 761 066\$44	19 963 222\$72	62 500\$00	20 000\$00	512 403\$59
1971	33 418 675\$82	46 227 017\$93	62 500\$00	20 000\$00	556 692\$83
1972	42 031 499\$21	68 757 155\$13	62 500\$00	25 000\$00	897 991\$73
1973	67 432 285\$89	88 168 389\$43	62 500\$00	20 000\$00	1 001 315\$70
1974	63 466 626\$79	106 976 347\$47	62 500\$00	30 000\$00	1 166 995\$16
1975	85 689 145\$46	108 907 989\$67	s/r	20 000\$00	203 948\$20
1976	81 003 288\$76	151 901 991\$30		20 000\$00	1 041 779\$24
1977	100 655 264\$28	198 919 912\$60		30 000\$00	1 302 093\$63
1978	133 098 174\$48	263 727 369\$50		150 000\$00	3 172 089\$52
1979	114 847 945\$74	374 329 029\$40	3 000 000\$00		9 445 608\$51
1980	143 175 475\$79	562 869 881\$00	3 000 000\$00		13 927 891\$20
1981	158 134 254\$37	700 246 163\$20			4 235 340\$72

Fonte: *Ibidem*. Anos de 1956-1958: dados contidos no relatório e contas de 1967. Ano de 1969: dados contidos no relatório de 1970.

CAIXA ECONÓMICA DA RIBEIRA GRANDE (1908-1983)

QUADRO 3 — Os resultados dos exercícios

UNIDADE: ESCUDOS

Anos	Exercícios
1950	3 322 826\$76
1951	3 447 810\$00
1959	7 945 755\$91
1960	6 608 461\$60
1961	5 849 652\$30
1962	6 258 592\$68
1965	13 966 248\$98
1966	17 738 463\$21
1967	28 748 220\$27
1968	31 677 259\$57
1969	
1970	50 637 326\$02
1971	102 329 864\$37
1972	158 010 828\$40
1973	209 282 055\$74
1974	246 826 495\$34
1975	277 391 709\$49
1976	308 998 053\$26
1977	394 130 140\$19
1978	434 558 936\$27
1979	596 062 189\$16
1980	853 374 205\$91
1981	1 018 877 946\$86

Fonte: *Ibidem*.

QUADRO 4 — Algumas rubricas dos balanços da Caixa Económica da Ribeira Grande

UNIDADE: ESCUDOS

Anos	Capital e reservas	Lucro líquido	Lucro líquido	Ativo
1956	748 000\$00	188 619\$80	80 116\$70	4 965 018\$47
1957	793 000\$00	221 687\$05	111 847\$81	5 753 388\$01
1958	867 000\$00	254 956\$90	136 770\$95	6 757 705\$34
1959	954 485\$31	325 848\$28	174 860\$84	7 945 755\$91
1960	1 025 418\$53	311 994\$61	130 415\$83	6 608 461\$60
1961	903 771\$99	272 763\$62	76 703\$07	5 849 652\$30
1962	818 000\$00	298 965\$35	83 125\$60	8 258 592\$68
1963	818 000\$00	381 005\$40	141 288\$60	11 503 557\$87
1964	883 736\$64	488 331\$25	186 668\$21	12 767 128\$59
1965	1 004 904\$62	562 777\$97	245 354\$80	13 966 248\$98
1966	1 143 456\$20	634 019\$95	254 728\$25	17 738 465\$21
1967	1 275 825\$22	774 599\$34	337 570\$65	28 748 220\$27
1968	1 484 180\$28	1 111 874\$95	474 297\$53	31 677 259\$57
1969	1 796 180\$28	1 236 950\$98	414 010\$71	32 698 627\$58
1970	2 050 334\$08	1 774 216\$38	512 403\$59	50 637 326\$02
1971	2 400 000\$00	3 268 921\$33	556 692\$83	102 329 864\$37
1980			5 724 353\$20	853 374 205\$91

Fonte: *Relatórios e Contas, 1956 a 1980*.

Em 1961, foi lamentado o falecimento de Alfredo Gamboa, «gerente desta caixa durante mais de trinta anos». No ano de 1970, «acrescida a clientela», houve o esforço de consolidação da atividade bancária, «adoptando os métodos mais aconselháveis e eficazes na modernização dos nossos serviços». No ano relatório de 1974, foram tecidas considerações acerca das novas circunstâncias políticas do País e o seu impacto no tecido socioeconómico. Desde logo, verificara-se um aumento do entesouramento com fortes consequências na liquidez do sistema bancário. A Caixa Económica prosseguiu a sua atividade ainda com maior prudência, canalizando «o crédito para aplicações com maior interesse para a economia local». No ano seguinte, apesar do aumento da carteira de depósitos e da diminuição da carteira comercial, vingava o otimismo, sobretudo na certeza da breve definição da situação política regional que traria «um clima propício ao investimento

a que temos de nos vincular como instituição regional que somos». Aguardava-se, assim, maior recurso ao crédito para fomentar «as nossas potencialidades». Em 1978, permaneciam as incertezas, mas a direção afirmava que tinha «acompanhado e apoiado o desenvolvimento económico da Região, dando o seu apoio a empreendimentos de natureza industrial, comercial, construção civil e obras públicas». Em 1980, a gerência regozijava-se da «plena implantação e prestígio alcançado» da instituição, mas, em 1983, era integrada na Caixa Económica Açoriana*.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Relatórios e Contas, 1950-1980; TEODORO, Hermano, «Famílias Estrela, Mota e Cabido, afeições filantrópicas e políticas», in *500 Anos (1507-2007). Congresso. Poder Local, Cidadania e Globalização, Actas*, Câmara Municipal da Ribeira Grande, 2008, pp. 181-194.

FSD

CAIXA ECONÓMICA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ANGRA DO HEROÍSMO (1896-)

A ideia inicial da fundação desta Caixa Económica partiu do governador civil de Angra do Heroísmo, Afonso de Castro, a quem se deveu também a iniciativa do jardim público Duque da Terceira. Comprova-o o ofício que, em 23 de fevereiro de 1883, dirigiu à mesa administrativa da Misericórdia da Angra, no qual enaltecia as vantagens dos bancos agrícolas — de acordo com a Lei de 22 de junho de 1866 —, em complemento da função desempenhada pelas Misericórdias. A propósito, sublinha: «Ao passo que a Misericórdia acode à pobreza, o banco agrícola desenvolve a riqueza pública, e este resultado

há-de necessariamente reflectir-se no Estabelecimento-pio, diminuindo os seus encargos pela diminuição dos necessitados que recorrem à caridade.» (Merelim, 1971: 3-4.) Como já foi salientado, «atravessando a ilha um período de crise, onde nenhuma cultura substituíra ainda a da laranja e onde a falta de capitais e o alto juro se faziam sentir de uma forma aguda, os bancos agrícolas poderiam ser uma maneira de aliviar a situação». Todavia, «apesar do interesse manifestado pela resposta imediata do provedor, José Inácio de Almeida Monjardino [passados somente quatro dias, em 28 de fevereiro de

1883], a iniciativa caiu no esquecimento e dela só temos novas referências na década seguinte» (Sousa, 2002: 332-333). Com efeito, a questão viria a ser retomada em 1893, por intermédio do vice-governador Guilherme Martins Pinto Júnior. A instituição de crédito, anexa à Misericórdia, permitir-lhe-ia suportar mais facilmente o asilo permanente de 25 inválidos e de um hospital, com uma média de 70 doentes (*idem*: 333). Após diligências diversas, descritas por Pedro de Merelim, a Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo ou Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (CEMAH) — com sede nesta cidade, na Rua Direita, pelo que era conhecida, numa primeira fase, por «Caixa da Rua direita» («História da CEMAH», <http://www.cemah.pt>) — foi criada por escritura pública de 26 de abril de 1896 e autorizada pelo Alvará de 16 de julho de 1896, que aprovou os primitivos estatutos. Estes foram substituídos pelos aprovados pelo Alvará de 6 de julho de 1912 (*Estatutos da Caixa Económica da Santa Casa de Misericórdia de Angra do Heroísmo, Aprovados pelo Alvará de 14 de Março de 1919*: 5; *idem*, 1929: 5) e, posteriormente, entre outros, pelos de 1919, 1929 e 1946. A primeira gerência, eleita em 13 de dezembro do referido ano de 1896, ficou constituída do seguinte modo: assembleia geral: Dr. Rodrigo Zagalo Nogueira (presidente), Henrique de Castro (vice-presidente), António César Vieira (secretário) e João Marcelino da Silveira Bettencourt Júnior (escrutinador); direção: Manuel Alves de Bettencourt (presidente), Francisco José da Costa Vidal (tesoureiro) e João Nogueira de Freitas (secretário) (Merelim, 1971: 23-27; inclui resumos das respetivas biografias). A abertura da Caixa efetuou-se em 1 de janeiro de 1897.

Ao invés do sucedido com a Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas da Terceira, a CEMAH não teve como patrocinadores grandes proprietários e morgados, mas sim elementos da burguesia, com predomínio de comerciantes, lojistas e membros das classes médias locais. Como notou Paulo Silveira e Sousa, considerando 22 dos acionistas iniciais, de um total de 131, que subscreveram pelo menos 10 ações cada um, no valor de 10 mil réis cada uma, constata-se que a maior parte é de comerciantes e negociantes, acrescentando o autor: «Nomes como Guilherme Martins Pinto Senior, Henrique de Castro, António Pedro Simões, José Júlio da Rocha Abreu ou Frederico Augusto de Vasconcelos constituem os principais accionistas. As famílias tradicionais da antiga fidalguia de Angra parecem afastadas deste processo, mesmo o Visconde de N. Sra. das Mercês, destacado proprietário, chefe do Partido Progressista e parente de Henrique de Castro, apenas subscreve 5 acções.» (Sousa, 2002: 336.) Segundo os *Estatutos* (1919), a administração da Caixa Económica pertencia à Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (artigo 2.º), à qual se destinavam 38% dos lucros, para sustentação do hospital civil, denominado Hospital de Santo Espírito (artigo 4.º, n.º 2), sendo o restante distribuído pelo capital fixo (15%), capital circulante (27%), retribuição da direção (15%) e fundo de reserva (5%) (artigo 44.º). Para atingir os fins, a Caixa realizava as seguintes operações de empréstimos: sobre penhores, letras, hipotecas, por obrigações, sobre consignações de rendimentos e recebimentos de depósitos, com juro ou sem ele (artigo 12.º). Pelos *Estatutos de 1929*, introduz-se uma alteração significativa, ao elevar-se de 38% para 50% dos lucros líquidos destinados à Misericórdia,

para sustentação do referido Hospital de Santo Espírito (artigo 2.º). Esta percentagem que, aliás, já adotada nos inícios da Caixa (por exemplo, em 1897), manteve-se inalterada durante vários anos. Pela análise da longa série de *Relatórios da Direcção* disponíveis — ainda que sucintos —, é possível acompanhar, de forma genérica, a evolução da Caixa, ao longo de cerca de um século (gráfico 1). Vejamos alguns dos aspectos de maior relevância. No primeiro ano de exercício (1897), o lucro líquido foi de 245\$755, do qual 50% se destinou à Santa Casa da Misericórdia, e o ativo, em 31 de dezembro daquele ano, era de 57 024\$930. Segundo a direcção, os resultados mostravam a simpatia que o estabelecimento tinha obtido da parte do público, constituindo, por certo, «uma grande satisfação para os promotores, os Exmos. Srs. Alvaro da Costa Franco, digno provedor da meza transacta da Santa Casa da Misericórdia e Guilherme Martins Pinto Junior, digno vice-provedor da mesma meza, a quem coube a gloria da iniciativa da criação d'estabelecimento de tão útil e humanitário fim» (*Relatorio e Contas da Caixa Economica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo. Gerencia de 1897*, Angra do Heroísmo, 1898: 4 e 11). Até ao final da última década de Oitocentos, o movimento da Caixa foi aumentando e os resultados eram considerados animadores, salvo uma ou outra exceção. Assim, no ano de 1900, a direcção informava que a abundância de capitais particulares fez com que a Caixa tivesse em cofre um saldo superior ao desejado, tendo de pagar juros de capital que não teve saída («Relatório e contas de 1900», in *Gazeta de Notícias*, n.º 2435, de 14 de maio de 1901). Em 1901, já se considerava que a Caixa estava em estado próspero e, em 1904, afirma-se que o estabelecimento ia

progredindo, apesar da concorrência de outras duas instituições — Caixa Económica de Angra do Heroísmo e Caixa da Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas da Terceira —, já prósperas quando esta foi criada (*Relatório... 1904*). Por sua vez, em 1909, a CEMAH registava os valores máximos, desde a sua criação, quanto ao ativo (606 536\$018) e ao saldo positivo da conta de ganhos e perdas (15 764\$289). A partir de 1910, inclusive, a instituição entra num período de maiores dificuldades, durante o qual é referida frequentemente, pela direcção, a situação de crise que se vivia no País e que afetava a Caixa. Logo nesse ano — no qual se registou uma ligeira descida nos lucros e no ativo, no valor de 5393\$229 e 604 820\$618, respetivamente — se fala de mal-estar, devido a: período revolucionário, no último trimestre (no âmbito da Implantação da República, em 5 de outubro de 1910); aumento da emigração; mau ano agrícola (que se repete em 1911); e retirada de numerosos depósitos, para os Estados Unidos da América e o Brasil. Com o deflagrar do primeiro conflito mundial, em 1914, alude-se à crise grave, não obstante os lucros terem aumentado, nesse ano, 16% (para 3024\$891), em relação ao ano anterior (*Relatório... 1914*). Ao longo do período de guerra se, por um lado, se apontam os seus efeitos negativos, no comércio e na agricultura, por outro, o movimento da Caixa aumenta, alcançando resultados surpreendentes, em 1916, não obstante a guerra europeia (*idem... 1916*). No pós-Grande Guerra, a situação da CEMAH continuou a melhorar, declarando o conselho fiscal, no seu parecer sobre o relatório de 1920, reportando-se à direcção: «[...] o zelo, o esforço e a competencia dos cavalheiros que tem presidido aos destinos desta Caixa, e que, numa luta

porfiada e no curto período de dois annos, conseguiram transformar a modesta instituição de credito que tinhamos, no prospero, desafogado e progressivo Estabelecimento que hoje possuímos» (*Relatório... 1920*: 18). Neste ano, o lucro líquido atingiu os 153 286\$675 e o ativo (31 de dezembro de 1920) 3 548 821\$671. Até 1929, as diversas direções regozijavam-se com os resultados e o aumento das respetivas operações. Já em 1930, apesar dos resultados satisfatórios alcançados, se menciona a «grave crise mundial, financeira e económica» (*Relatório... 1930*). Nos anos de 1931 a 1934, os efeitos da crise de 1929 continuam a fazer-se sentir, com a consequente diminuição dos lucros da Caixa Económica, embora, por vezes, ligeira. Porém, em 1935, a situação já se encontrava em vias de normalização. Logo no início do relatório deste ano, a gerência sublinhava: «[...] é decorrido um ano, em que a Ilha Terceira atravessou a maior crise financeira de que há memória, resultante da suspensão de pagamentos de algumas casas bancárias nos Açôres que, pela importância do seu movimento, pelos avultados capitais ali depositados, os quais, deixando de ser movimentados, produziu no nosso meio enormes dificuldades que, felizmente, tem sido removidas. Presentemente, com a sua reabertura, a todos trouxe, de novo, a calma e a confiança necessária para, de uma forma normal, se restabelecerem, sem receio, as operações bancárias em todos os Estabelecimentos de Crédito.» (*Relatório... 1935*: 3.) Nos anos imediatos, nos relatórios continua a falar-se de crise, agravada pelo segundo conflito mundial, de 1939 a 1945. O movimento da CEMAH não sofreu grandes alterações, mantendo-se os lucros anuais entre os cerca de 70 a 80 contos, enquanto o ativo oscilou entre os 7 e os 8 mil contos. Em 1945,

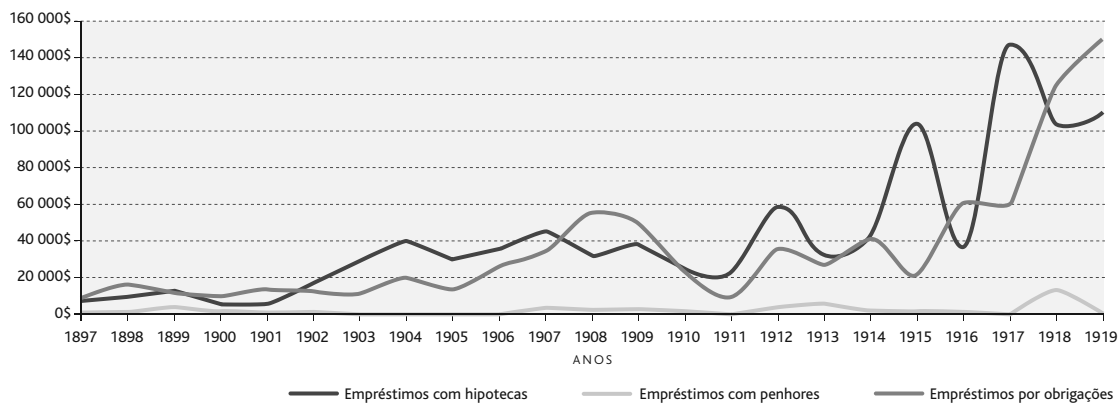
embora a direção da Caixa continuasse a mencionar a crise, o volume dos depósitos, a prazo e à ordem — em especial estes —, aumentou, assim como os lucros (85 090\$09) e o ativo (11 969 211\$21) (*idem... 1945*). Os anos de 1945 a 1950 foram de ajustamento e de progressivo regresso à normalidade. Todavia, logo em 1951, a direção declara ter-se voltado à normalidade económica e ao facto de a Caixa continuar a manter a simpatia do público. O saldo da conta de ganhos e perdas foi de 141 755\$22 e o ativo, em 31 de dezembro do mesmo ano, atingia os 10 850 542\$70. Ao longo da década de 1950, a Caixa continuou a registar progressos consideráveis, como revela o aumento do respetivo movimento e os valores das operações realizadas. Aliás, o desenvolvimento da instituição estava em sintonia com progresso verificado na ilha — que, porém, tinha dificuldade em acompanhar —, para o qual também contribuía, ao mesmo tempo que dele beneficiava. A propósito, a direção da Caixa declarava, reportando-se ao ano de 1958: «Se bem que o nível económico desta Ilha seja manifestamente melhor, não podem os resultados desta Caixa Económica acompanhar na mesma proporção essa melhoria, porque é muito maior o número de construções urbanas e a aquisição de autos e outros artigos utilitários e de conforto e até mesmo de luxo, que são a expressão da melhoria económica, mas que desviam o capital do depósito. Assim, a nossa capacidade de empréstimos, sem que tenha piorado, mantém o mesmo nível.» Nesse ano, a conta de ganhos e perdas teve um saldo de 251 860\$63, enquanto o ativo atingia os 19 281 745\$51 (*Relatório... 1958*: 3). Os anos de 1960 foram de grande expansão, não só para a CEMAH como para maioria das instituições financeiras do País e,

obviamente, para própria economia, em geral (gráfico 2). Por exemplo, do relatório relativo a 1966 constam as seguintes informações, quanto à evolução da atividade da Caixa: crescente movimento de todas as operações; maior confiança pública; posição de prosperidade económica; subida considerável dos depósitos à ordem e a prazo; saldo da conta de ganhos e perdas — 841 230\$70; ativo — 52 819 879\$41 (*idem...* 1966). A mesma tendência de crescimento se registou nos inícios da década seguinte, como mostra o resultado das respetivas operações. Entretanto, uma maior intervenção do Estado, no âmbito da assistência e, designadamente, no apoio hospitalar, levava a direção da Misericórdia a recordar que, nem por esse facto, a sua ação — suportada, em grande medida, pela respetiva Caixa Económica — se havia esgotado. Assim, declarava: «Embora a nossa Misericórdia, com características diferentes, visto durante muito tempo ter tido como base de suporte a assistência hospitalar, que hoje vemos caminhar para a órbita do Estado, através da Direcção Geral dos Hospitais, não deixou contudo de ter uma verdadeira e real oportunidade, visto as obras da Misericórdia não se circunscreverem apenas a tratar doentes. Há, assim, ainda, muito a esperar da acção benfazeja desta instituição.» (*Idem...* 1972.) No início dos anos de 1980, a Caixa apresentava os seguintes resultados: lucro líquido — 4 183 520\$00; ativo bruto — 1 678 773\$49; ativo líquido — 1 674 841 859\$24 (*idem...* 1982). Simultaneamente, também em 1982 foram inauguradas as novas instalações, modernas e funcionais (cujas fotografias constam do relatório do mesmo ano), dando-se os primeiros passos no domínio da informatização, ao adquirir um computador alemão, mar-

ca *Nixdorf*, com quatro terminais (*ibidem*). Nas últimas décadas do século XX e inícios da centúria atual, a Caixa aumentou o seu raio de ação e a sua expansão geográfica, já iniciada em 1979, com a criação do primeiro balcão no concelho da Calheta, na ilha de São Jorge. Assim, constituíram marcos importantes desse processo as seguintes iniciativas: integração da Caixa Económica da Sociedade Cooperativa Operária da Horta, atualmente o balcão da cidade da Horta, na ilha do Faial (14 de dezembro de 1990), e da Caixa Económica de Angra do Heroísmo, que tinha agências na Praia da Vitória e na cidade de Velas, em São Jorge (26 de janeiro de 1991); abertura do balcão ao público em Santa Cruz da Graciosa (6 de agosto de 1991); inauguração do balcão na freguesia de São Mateus, ilha Terceira (2 de dezembro de 1998); abertura dos balcões na Madalena do Pico (2000) e nos Biscoitos, ilha Terceira (2002); «em 2008 foi inaugurado o Centro de Atendimento personalizado na Rua da Sé, n.º 13, em Angra do Heroísmo, tendo sido inaugurada a nova agência da Praia da Vitória, no mês de Dezembro do mesmo ano» (<http://www.cemah.pt>; acedido em 25 de fevereiro de 2011). Resta acrescentar que esta é uma das poucas caixas económicas sobreviventes, como sublinha Pedro Sameiro: «Se atendermos ao estado letárgico da Caixa Económica da Guarda e da sua congénere da Associação de Socorros Mútuos dos Empregados de Comércio de Lisboa, verificamos que o sector se reduz a quatro entidades: Caixa Económica do Montepio Geral, Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica da Misericórdia de Ponta Delgada* e Caixa Económica, Comercial e Industrial.» (Sameiro, 1995: 25.)

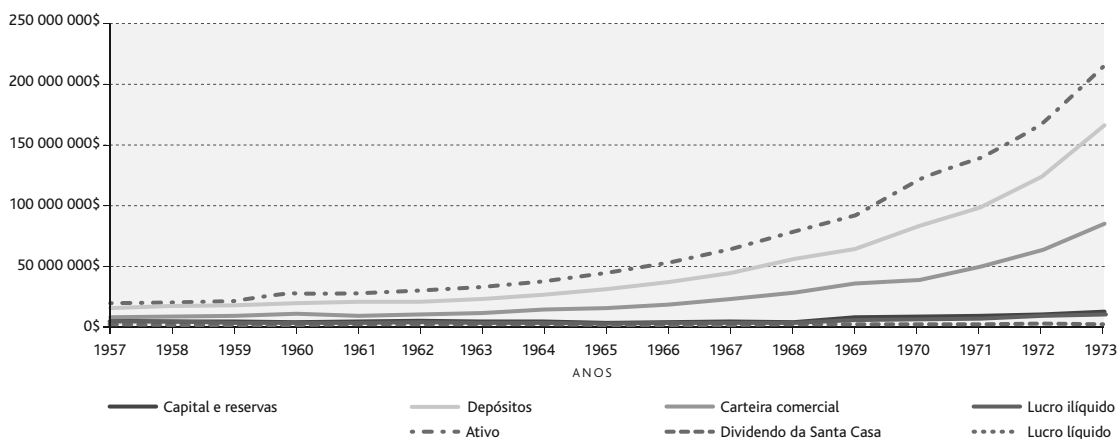
CAIXA ECONÓMICA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ANGRA DO HEROÍSMO (1896-)

GRÁFICO 1 — Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (1897-1919)



Fonte: Relatório e Contas, 1897-1919.

GRÁFICO 2 — Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (1957-1973)



Fonte: Relatório e Contas, 1957-1973.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

«Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo — CEMAH. História», in <http://www.cemah.pt> (acedido em 25 de fevereiro de 2011); *Diário do Governo*, n.º 54, de 7 de março de 1928; *Estatutos da Caixa Económica da Santa Casa de Misericórdia de Angra do Heroísmo, Aprovados pelo Alvará de 14 de Março de 1919*; *Idem de 1929 e 1946*; MERELIM, Pedro de, *Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo. Nas Bodas de Diamante*, Angra do Heroísmo, 1971; *Relatório e Contas da Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo. Gerencia de*

1897-1982; SAMEIRO, Pedro, «A reforma da legislação das Caixas em Portugal», in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 55.º, janeiro de 1995, pp. 19-85; SOUSA, Paulo Silveira, «Gerir o dinheiro e a distinção. As caixas económicas de Angra do Heroísmo e os seus corpos dirigentes (1845-1915)», in *Arquipélago. História*, 2.ª série, VI, 2002, pp. 293-346; VALÉRIO (coord.), *História do Sistema Bancário Português*, vols. I e II, Lisboa, Banco de Portugal/Eurosistema, 2006-2010.

JAM

CAIXA ECONÓMICA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE POVOAÇÃO (1932-1991)

Após a criação da Irmandade da Misericórdia da Povoação, foi fundada uma Caixa Económica, a fim de assegurar as despesas com a assistência aos pobres do concelho. Os padres Ernesto Jacinto Raposo e Ângelo de Amaral, assim como António Jácome Raposo de Medeiros estiveram presentes em ambas as instituições. Os objetivos da Caixa eram os de promover o espírito de poupança, sendo atribuído aos depósitos o vencimento de um juro. Além disso, pretendia-se aplicar 50% dos lucros líqui-

dos na instituição da Santa Casa. Os estatutos foram aprovados pelo Alvará de 18 de abril de 1932 e a Caixa começou a funcionar em 15 de junho do mesmo ano. A primeira gerência foi composta pelo Padre Ernesto Jacinto Raposo e por António Jácome Raposo de Medeiros, Ângelo de Amaral, Manuel Soares Brandão, o Dr. Espírito Santo Lopes e o Dr. Caetano José Travassos Lima. Em 1958, os estatutos foram alterados, sendo aprovados no ano seguinte (*Diário do Governo*, n.º 71, de 25 de março).

QUADRO 1 — Exercício de 1932

(UNIDADE: ESCUDOS)

Anos	Caixa	Depósitos a prazo	Depósitos à ordem	Lucros e perdas
1932 (2.º semestre)	100 756\$35	301 186\$25	233 005\$35	6 784\$92

Fonte: Nancy Mota Franco, *Setenta e Cinco Anos de Misericórdia*, 2006, p. 86.

Em 1960, foi adquirido um prédio para instalar a Caixa Económica e, em 1978, foi deliberado construir um imóvel para a sede da Caixa Económica, sendo inaugurado o novo edifício em junho de 1981. No final dos anos 80, a exigência de aumento de capital pelo Banco de Portugal aconselhava a hipoteca do património da Santa Casa, situação que desagradava aos irmãos da Misericórdia. Então, em 9 de setembro de 1988, foi discutida uma proposta da Caixa Económica Açoreana para integração da Caixa Económica da Misericórdia, mas a falência daquela Caixa levaria a que a Caixa Económica da Misericórdia de Povoação fosse integrada, com todo seu ativo e passivo, no

Banco Comercial dos Açores*, em 1991 (resolução n.º 15/91, de 22 de janeiro, publicada no *Jornal Oficial dos Açores*). Essa integração implicou a perda de grande parte do património da Santa Casa, pois a situação líquida negativa da Caixa era de 1 033 264 380\$11. Tais problemas remontavam a irregularidades de gestão entre os anos de 1984 e 1988, sem que, na altura, tivessem sido tomadas medidas para inverter a situação. O crédito mal parado era o principal problema. A corrida aos levantamentos dos capitais levou à intervenção do governo regional em 20 de junho de 1988, para impedir a rutura total de pagamentos.

CAIXA ECONÓMICA DE ABRANTES (1856-1995)

QUADRO 2 — Algumas rubricas dos balanços da Caixa Económica da Misericórdia de Povoação (1951-1974)

UNIDADE: ESCUDO

Ano	Capital e reservas	Depósitos	Empréstimos e c/c caucionadas	Lucro ilíquido	Lucro líquido	Ativo
1951	440 000\$00	2 590 329\$45	2 539 176\$62	170 659\$98	89 844\$72	3 350 839\$89
1952	485 000\$00	2 906 531\$51	2 976 023\$18	205 049\$59	95 462\$43	3 565 569\$38
1953	525 000\$00	3 092 322\$37	3 093 793\$56	194 679\$23	93 168\$15	3 896 787\$34
1954	563 700\$00	3 608 047\$19	3 450 458\$84	206 023\$53	80 846\$88	4 942 239\$73
1955	603 700\$00	4 289 128\$72	3 988 164\$61	224 189\$42	92 962\$88	5 659 173\$05
1956	668 700\$00	5 130 124\$89	4 945 639\$56	331 782\$95	173 191\$25	6 629 310\$44
1957	758 700\$00	6 056 649\$85	5 851 592\$08	400 180\$22	221 845\$17	7 943 066\$50
1958	890 000\$00	7 096 838\$20	6 701 189\$22	492 550\$51	270 419\$36	8 884 212\$32
1959	1 055 000\$00	7 867 667\$73	7 716 847\$83	568 280\$46	313 957\$42	10 085 483\$75
1960	1 220 000\$00	8 167 867\$60	7 762 491\$87	630 661\$62	317 098\$71	10 552 110\$61
1961	1 415 000\$00	9 384 237\$30	8 664 808\$01	652 204\$98	348 059\$83	11 739 918\$61
1962	1 615 000\$00	10 517 465\$95	9 352 920\$50	662 941\$87	348 602\$32	13 192 738\$02
1963	1 820 000\$00	11 985 758\$57	10 368 161\$00	706 496\$42	397 219\$34	15 105 433\$99
1964	1 820 000\$00	14 131 094\$14	11 933 081\$00	775 719\$72	428 280\$25	17 880 243\$79
1965	2 000 000\$00	15 251 477\$84	12 035 209\$10	830 861\$41	473 503\$61	19 086 302\$35
1966	2 225 000\$00	18 716 068\$36	12 596 509\$70	825 197\$35	421 978\$02	23 004 264\$80
1967	2 425 000\$00	22 506 987\$77	16 740 843\$10	997 209\$32	548 598\$73	27 232 339\$90
1968	2 675 000\$00	28 492 703\$09	20 202 260\$70	1 338 764\$38	745 260\$48	34 478 199\$44
1969	3 235 000\$00	31 557 086\$88	24 311 855\$70	1 665 915\$08	890 751\$53	37 510 260\$03
1970	3 695 000\$00	38 817 892\$87	23 686 861\$33	2 022 274\$76	1 025 360\$86	45 509 407\$75
1971	4 220 000\$00	59 838 282\$92	30 575 272\$40	3 193 002\$43	1 722 897\$58	68 165 614\$26
1972	5 320 000\$00	75 795 467\$92	36 403 218\$20	4 664 742\$41	1 837 679\$16	86 779 932\$84
1973	6 720 000\$00	108 226 065\$60	68 863 047\$29	6 857 626\$79	2 384 783\$89	124 605 593\$51
1974	8 120 000\$00	124 385 670\$75	84 449 274\$50	9 896 991\$87	3 284 894\$97	146 676 657\$90

Fonte: Relatórios e Contas de 1961 a 1974.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Relatórios e Contas, 1931 a 1978; FRANCO, Nancy Mota, *Setenta e Cinco Anos de Misericórdia*, Edição da Santa Casa da Misericórdia de Povoação, 2006.

FSD

CAIXA ECONÓMICA DE ABRANTES (1856-1995)

A Caixa Económica de Abrantes, anexa ao Montepio Abrantino Soares Mendes (Associação Familiar de Socorros Mútuos), tem já uma longa história. O Montepio foi criado em 1856,

tendo comemorado, em 29 de setembro de 1934, o seu 78.º aniversário (*Monte-Pio Abrantino Soares Mendes [Associação Familiar de Socorros Mútuos]*, Relatório e Contas, 1935: 4). A sua anti-

guidade era por vezes invocada, sublinhando-se que era «a mais antiga e mais útil associação abrantina» (*Relatório... 1933*) ou classificando-a como «velhinha instituição» (*idem... 1974*). Temos referência aos seus estatutos de 1904; em 1942 foram aprovados novos estatutos. Quanto à Caixa Económica propriamente dita, começa a ser referenciada nas estatísticas bancárias em 1917. Tratava-se de uma instituição modesta, principalmente ao serviço dos associados do Montepio, cujo número foi variando ao longo dos anos, por exemplo: 470 (1932), 536 (1933) e 534 (1935). Podemos acompanhar o movimento da Caixa Económica Abrantina através da análise dos gráficos e quadros que se apresentam (quadro e gráficos 1 e 2). Além dos dados que constam do *Anuário Estatístico*, também dispomos dos *Relatórios e Contas* de alguns anos — a partir de 1932, embora com interrupções —, dos quais se podem tirar certas ilações. Vejamos alguns exemplos. A direção, fazendo o balanço dos efeitos da crise de 1929, constata: «A desconfiança, que se alastrou na nossa região, pouca influência teve na nossa Caixa e tanto assim que, em 1929, os depósitos eram

da importância de 281 100\$06, em 1930, de 278 766\$38, em 1931, de 264 763\$34 e em 1932, no auge da crise, ainda eram de 230 104\$80. Os lucros totais, nos mesmos anos, evoluíram do seguinte modo: 20 827\$29,6 (1929), 14 868\$88 (1930), 7207\$13 (1931) e 20 121\$00 (1932).» Embora com algum otimismo, um tanto exagerado, a direção afirma: «Por estes números se verifica que a Caixa prospera dia-a-dia e ha-de ser em pouco um valor economico do nosso concelho.» (*Relatório... 1932: 8-9*.) Em 1933, houve uma diminuição dos lucros, o que foi atribuído, pela direção, à diminuição da taxa de todos os empréstimos, por imperativo legal (*idem... 1933*). Em meados dos anos de 1930 a Caixa registava um certo desenvolvimento, pelo que melhorou a instalação dos respetivos serviços, «abrindo uma porta para a rua e aproveitando uma casa para o movimento de penhores e para o Gabinete da Direcção que até agora não possuía» (*idem... 1934*). Por sua vez, em 1935, a direção regozijava-se com o facto de os depósitos, no valor de 277 303\$41, terem ultrapassado o valor dos registados antes dos efeitos da crise, que eram de 264 763\$34 (*idem... 1935*). Na ausên-

QUADRO — Caixa Económica de Abrantes (1917-1955)

	Ativo	Depósitos	Empréstimos hipotecários	Capital	Dinheiro em caixa	\$ Depositado noutros bancos	Lucros e perdas
1917	–	345 987\$55	–	–	–	–	–
1920	63 770\$98	50 645\$67	–	11 452\$95	806\$65	450\$00	1 604\$95
1925	251 544\$20	208 419\$89	27 269\$88	31 812\$82	22 739\$17	8 400\$00	11 188\$00
1930	–	–	–	–	9 094\$00	6 021\$00	–
1935	553 638\$00	277 303\$00	184 073\$00	248 597\$00	26 792\$00	–	–
1940	568 000\$00	326 000\$00	86 000\$00	216 000\$00	32 000\$00	28 000\$00	–
1945	402 000\$00	211 000\$00	98 000\$00	157 000\$00	5 000\$00	81 000\$00	5 000\$00
1950	538 000\$00	280 000\$00	116 000\$00	158 000\$00	13 000\$00	86 000\$00	34 000\$00
1955	564 000\$00	307 000\$00	34 000\$00	158 000\$00	2 000\$00	131 000\$00	76 000\$00

Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal (1919-1955)*.

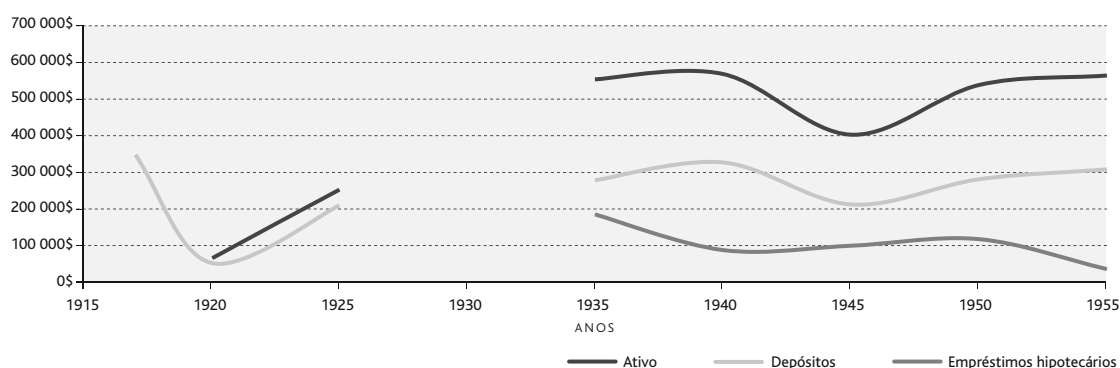
CAIXA ECONÓMICA DE ABRANTES (1856-1995)

cia de relatórios de 1935 a 1970, escasseiam os dados sobre a evolução da Caixa Económica Abrantina nesse período. No entanto, nos anos de 1970 podemos seguir de perto essa evolução, como se pode verificar pela análise do quadro

e dos gráficos apresentados. O desenvolvimento foi moderado, já que, de 1970 a 1977, se registaram subidas ligeiras nos resultados da rubrica lucros e perdas (de 170 110\$50 para 218 830\$10) e no ativo (de 661 860\$70 para 797 295\$50).

GRÁFICO 1 — Caixa Económica de Abrantes (1917-1955)

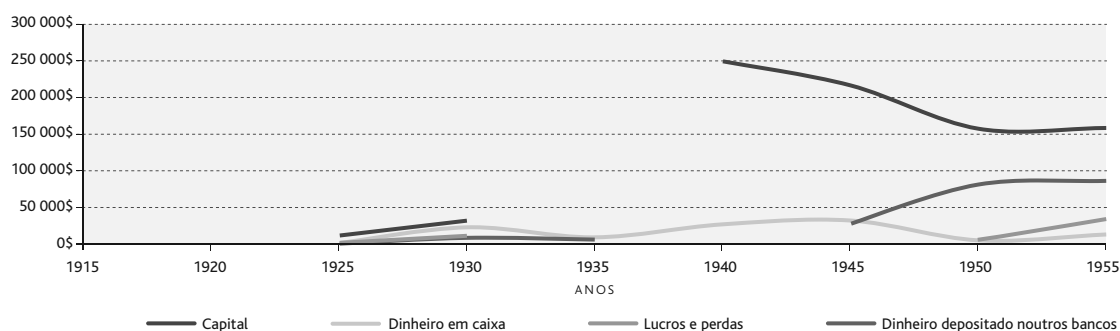
(Ativo, depósitos e empréstimos hipotecários)



Fonte: Anuário Estatístico de Portugal (1919-1955).

GRÁFICO 2 — Caixa Económica de Abrantes (1917-1955)

(Capital, dinheiro depositado noutros bancos, dinheiro em caixa, lucros e perdas)



Fonte: Anuário Estatístico de Portugal (1919-1955).

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Montepio Abrantino Soares Mendes (*Associação Familiar de Socorros Mútuos*). *Relatório e Contas. 1932-1935 e 1970-1977 e 1979*; *Anuário Estatístico de Portugal 1919-1955*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1924-1956. Agradeço, ao Sr. Artur Constantino Cortez Fernandez,

presidente do Montepio Abrantino Soares Mendes, as informações prestadas acerca da instituição e da Caixa Económica de Abrantes.

JAM

CAIXA ECONÓMICA DE ANGRA DO HEROÍSMO (1845-1991)

A Caixa Económica de Angra do Heroísmo (CEAH) foi criada em 1845, ano em que foi promulgada a primeira legislação de enquadramento das caixas económicas (Silva, *Collecção de Legislação... 1844-1845*: 539-542). Acerca dos seus inícios foi sublinhado: «O Conselheiro Nicolau Anastacio, sempre solícito em promover a maior somma de benefícios para os seus administrados, reunia, em 28 de Dezembro de 1844, no palacio do governo civil, um avultado numero de cavalheiros distintos d'esta cidade, pela sua posição e fortuna, com o fim de instalar a Caixa Economica de Angra do Heroismo [...]. Estava, pois, fundada a Caixa Economica de Angra do Heroismo* e, no dia 3 de Março de 1845, anniversario do desembarque do immortal duque de Bragança n'esta ilha, começava as suas operações.» (*Caixa Economica de Angra do Heroísmo. Relatório e Contas da Direcção. Parecer da Comissão Revisora de Contas. Gerência de 1909.*) O fundador da Caixa, Nicolau Anastácio de Bettencourt (1810-1874), participou ativamente nas lutas liberais — desde quando era estudante de Matemática e Filosofia, na Universidade de Coimbra, e alistou-se no Batalhão Académico, até ao final das mesmas —, após o que exerceu destacadas funções administrativas, entre as quais as de governador civil de vários distritos, designadamente de Angra do Heroísmo, Horta, Aveiro e Portalegre, tendo igualmente fundado caixas económicas nestas últimas três cidades. Quanto aos «cavalheiros distintos», acima referidos, conhecemos os seus nomes, o número de ações subscritas por cada um e as respetivas ocupações. Analisando os que subscreveram mais de 10 ações, como já foi notado por Paulo Silveira e Sousa, tinham preponderância os elementos

do comércio e dos negócios. Com efeito, «este grupo original de 20 indivíduos tomou a seu cargo 341 ações (3 410\$000), de um total de 519 (5 190\$000), subscritas por um total de 76 accionistas. Por outras palavras, controlavam 65,7% do capital de ações. A concentração dos títulos era pois real e traduziu-se no facto de 8 de entre os 20 dos principais subscritores ter sido igualmente vogal da direcção da Caixa» (Sousa, 2002: 315). Acrescente-se que também em Espanha, no século XIX, os comerciantes — ou comerciantes-banqueiros — desempenharam ação relevante na atividade bancária. Os primeiros estatutos definitivos da CEAH foram aprovados em assembleia geral de 15 de maio de 1845 e pelo Alvará de 6 de outubro de 1849. A Caixa voltou a ter novos estatutos, por exemplo, em 1872, 1901, 1913 e 1924. Vejamos alguns dos aspectos mais relevantes, consagrados pelos três últimos. Pelos estatutos de 1901, o capital, que servia de garantia aos depósitos, nunca poderia ser inferior a 8000\$000, preenchidos em ações e fundos provenientes da Caixa (artigo 2.º). Quanto ao destino dos lucros, além das instituições de caridade e beneficência da ilha, contemplar-se-iam, como exceções, duas antigas instituições de recreio e de utilidade pública — Assembleia Angrense e Teatro Angrense —, quando esse subsídio se tornasse indispensável à sua manutenção (artigo 19.º) («Estatutos da Caixa Económica de Angra do Heroísmo», in *Diário do Governo*, n.º 216, de 26 de setembro de 1901). Por sua vez, nos estatutos de 1913 (que entraram em vigor em 1 de Janeiro de 1914), fixa-se o capital social da Caixa em 400 000\$000 fortes, dividido em fixo e circulante. Relativamente à distribuição dos lucros líquidos, além das instituições já ante-

riormente mencionadas, também se contemplam, entre outras, as seguintes aplicações: construção de edifícios escolares; aquisição de mobiliário e material de ensino; escolas móveis e prática de agricultura no distrito; prémios a criadores de gado; e «Prémio Conselheiro Nicolau Anastácio de Bettencourt», a atribuir «ao aluno, de qualquer dos sexos, do liceu desta cidade, que, com melhor classificação, concluir o respectivo curso» (artigo 29.º). Pelos estatutos de 1924, na sequência da definição da Caixa como «instituição de beneficência e utilidade pública, regendo-se pela Lei de 12 de Março de 1845», especificam-se de forma mais detalhada os seus objetivos — dentro do espírito republicano, então em voga —, nomeadamente: promover o progresso económico da ilha Terceira; incitar e desenvolver o espírito de economia; auxiliar as instituições de beneficência e as que concorram para a educação e o aperfeiçoamento intelectual, moral e físico dos povos da ilha; favorecer e facilitar a organização de instituições e estabelecimentos que ampliem ou completem a sua ação social e económica (artigo 2.º). Para alcançar aqueles objetivos, a CEAH realizava as seguintes operações: depósitos, descontos, empréstimos com hipotecas, empréstimos de abertura de crédito em conta corrente, empréstimos com obrigação, empréstimos a corporações administrativas, empréstimos sobre penhores e cobranças, vendas e transferências (artigo 4.º). Além dos estatutos, os relatórios anuais, da responsabilidade da direção, constituem igualmente fonte importante para conhecermos a evolução histórica da instituição. Contemplamos apenas o longo período, de 1890 a 1976. Os primeiros anos da década de 1890 (1891-1893) foram marcados pela crise que, obviamente, também afetou o

movimento da Caixa. A recuperação começa em 1893 e, em 1895, já se refletia positivamente nos resultados, tendo o movimento aumentado 50%, relativamente a 1893. A distribuição dos lucros, por instituições, que fora de 8% no biénio de 1893-1894, em 1895 passou a 12%. O *Activo* (em 31 de dezembro de 1895) atingiu os 1 148 764\$725, quando em 1890 era apenas de 828 780\$195. Em 1897, assinala-se a chegada de uma instituição concorrente, com a criação da Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo. Todavia, os anos seguintes (1898-1902) foram de certa prosperidade, tendo a taxa de juros baixado de 5% para 4% em 1902. A propósito, lê-se no relatório deste ano: «[...] o barateamento do capital é sempre um grande elemento de prosperidade para qualquer região, que lhe aproveite os resultados.» (*Relatório... 1902*: 7.) Contudo, registou-se um levantamento substancial de depósitos, atribuído, pela direção, não ao abaixamento das taxas de juro, mas sim à crise agrícola e económica, em especial «a suspensão da mais valiosa industria agrícola do Districto — a destillação da batata doce — que, com a paralisação das fabricas d'alcool de Valle de Linhares e Ramo Grande, veio afectar profundamente a industria agrícola d'esta ilha, [pelo que] não é facil substituir, de prompto, tão remuneradora cultura como era a daquele tuberculo» (*idem*: 8). Na primeira década de Novecentos, a Caixa registou uma evolução favorável. Em 1907, alcançou o maior movimento de sempre (3 434 194\$560), tendo o capital sido elevado para 338 794\$563, atingindo o ativo, em 31 de dezembro daquele ano, 2 313 072\$880. No *Relatório de 1909*, dá-se especial relevo ao centenário do nascimento do fundador da Caixa, conselheiro Nicolau Anastácio de Bettencourt,

cujo retrato se reproduz, assim como a fotografia do edifício (sito na Rua da República, 11), onde a Caixa passou a estar instalada, desde o dia 1 de dezembro de 1875 (*idem*: 26). Após algumas dificuldades, no período subsequente à Implantação da República (1911-1913), a CEAH, em tempo de guerra, deparou-se com situações de abundância de capital, por um lado, e, por outro, com a urgência em prestar ajuda mais significativa a instituições de solidariedade social, devido ao agravamento do custo de vida e às dificuldades sentidas pela população. O aumento de capital disponível deveu-se, entre outros fatores, à valorização dos produtos da ilha e à pontualidade, no pagamento, por emigrantes residentes nos Estados Unidos da América (*Relatório... 1916*). A Caixa adquiriu, por diversas vezes, obrigações da dívida pública portuguesa (por exemplo, em 1913 e 1914) e reforçou o seu apoio a instituições, em períodos de crise. Assim sucedeu, em 1918, com a ajuda, de 2000\$00, concedida à grande comissão de socorros a doentes atacados pela gripe (pneumónica), numa altura em que a situação da Caixa era considerada próspera (*Relatório... 1918*). A prosperidade continuou a registar-se, até ao final da década seguinte. Logo em 1920, face ao aumento crescente dos depósitos, é definida uma nova estratégia, que consistiu na entrada da Caixa para o consórcio bancário, na negociação de cambiais e na colaboração, dada em Lisboa, pelo capitalista João Jorge da Silva Melo. O *Activo* teve, nesse ano, uma considerável subida, quase para o dobro, pois passou de 2 297 178\$025, em 1919, para 4 086 408\$224, no ano imediato. O número de sócios atingia, na altura, 94 (*idem... 1920*). Indicam-se os nomes, mas não a respetiva ocupação. Todavia, como 12 daqueles (12,7%)

seriam licenciados (dado o nome estar precedido de «Dr.»), provavelmente a preponderância dos homens de negócios, verificada aquando da fundação da Caixa, em 1845, ter-se-á atenuado, em favor do peso de sócios com curso superior. Em meados dos anos de 1920 começa, de novo, a falar-se de crise, embora os resultados das operações continuassem a ser lisonjeiros. Em 1927, o governo reconhece, publicamente, o mérito e os relevantes serviços prestados pela Caixa, concedendo-lhe o grau de Grande-Oficial da Ordem de Instrução e Benemerência, expedido pela Chancelaria das Ordens Portuguesas, em 29 de março de 1928 (publicado no *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 95, de 28 de abril de 1928). Também em 1928 foi inaugurado, no Hospital de Santo Espírito, o gabinete de radiologia, para cuja aquisição a Caixa também contribuiu. Na transição da década de 1920 para a de 1930 (1929-1933), a crise é frequentemente invocada nos relatórios das direções, até se atingir uma situação mais desafogada, por 1935. Neste ano, considerava-se que o período mais agudo da crise já tinha passado, caminhando-se para a normalidade (*Relatório... 1935*). De 1938 até ao final da II Guerra Mundial, o espectro da crise volta, à qual se atribuía — juntamente com a concorrência — a responsabilidade pelo facto de os resultados não serem mais animadores (*idem... 1940*). Por sua vez, já em 1946, se alude às esplêndidas perspetivas dos negócios sociais e ao facto de o estabelecimento inspirar confiança. Os lucros líquidos foram, nesse ano, de 513 764\$70 e o ativo de 29 829 994\$14. O número de sócios também ia diminuindo ligeiramente, sendo de 90, em 1930, e 86, em 1950. A ocupação e posição social dos sócios era agora mais diversificada. Embora a maioria fosse constituída por pro-

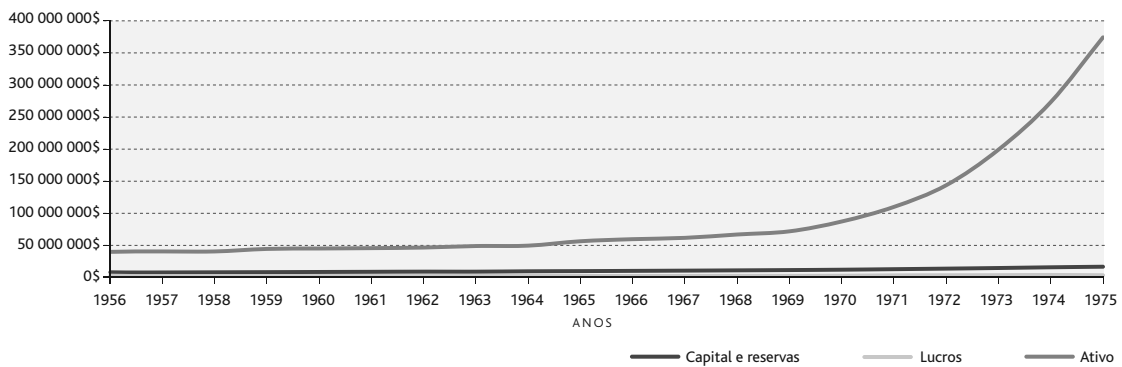
prietários, também nos surgem funcionários públicos, médicos, professores, militares e políticos. Entre estes, contavam-se mesmo as mais altas individualidades do Estado, designadamente o Presidente da República, Marechal António Óscar de Fragoso Carmona, e o Presidente do Conselho, Dr. António Oliveira Salazar (*Relatório... 1950*: 19). No pós-2.º conflito mundial, a CEAH regista um desenvolvimento considerável, fruto da conjuntura a nível nacional mas também regional. Por certo devido à concorrência e à diminuição do movimento, em 1955 foi encerrada a agência em Lisboa, ficando a colaborar com a Caixa, como procurador, o Dr. João Gabriel Noronha da Silveira (*idem... 1955*). Por sua vez, em 1956, já era mencionada a necessidade de investimento, sobretudo na construção civil, devido à construção do Aeroporto das Lajes, então em curso. No ano seguinte, registou-se uma maior solicitação de crédito, por causa da suspensão temporária das obras aeroportuárias (*idem... 1956 e 1957*). Apesar do aumento de encargos — por exemplo, a subida dos ordenados dos empregados, em 1959, a exemplo do verificado noutros serviços do Estado e atividades congéneres —, a partir de 1960 o movimento da Caixa intensifica-se, participando, dentro das suas possibilidades, no surto económica que vinha a verificar-se na ilha, concedendo crédito. Naquele ano, teve um lucro líquido de 485 686\$74, mantendo-se sensivelmente com o mesmo número de sócios, isto é, 95 (*idem... 1960*). O desenvolvimento regional, em sintonia com o registado a nível nacional — estávamos nos já chamados «30 anos de ouro» da economia portuguesa —, contribuía para a falta de capitais, o que levou, em 1963, à subida das taxas de juro, em 2%, para atenuar a referida escassez. Em 1965, o

diploma que regulava a atividade bancária também beneficiou a Caixa, abrindo novas perspectivas, em virtude da subida das taxas de juro (Decreto-Lei n.º 46 492, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 185, de 18 de agosto de 1965: 1121-1125). A Caixa encontrava-se, então, numa posição consolidada, com um ativo de 55 284 478\$17 e um saldo líquido, em 1965, de 518 299\$30 (*Relatório... 1965*). O quadro apresentado neste relatório revela o índice de desenvolvimento da instituição nos últimos 10 anos (1956-1965), o mesmo se verificando no relatório do ano de 1970 (1961-1970) e no de 1975 (1966-1975). Embora, em parte, devido ao efeito da inflação, os depósitos continuaram a subir acentuadamente, por exemplo, de 1963 a 1967, 1969 e 1973, o mesmo sucedendo com o ativo e os lucros líquidos, que continuaram a aumentar significativamente na década de 1960 e nos inícios da de 1970 (gráficos 1 e 2). Entretanto, os resultados alcançados permitiram suportar os encargos com o aumento dos ordenados dos empregados (em 1972 e 1974), com a remodelação das instalações e com a modernização do equipamento. Assim, além das remunerações do pessoal terem sido aumentadas desde 1 de janeiro de 1972, em 1974 — também em consequência do 25 de Abril e das reivindicações subsequentes —, os encargos com o pessoal subiram 38%. Em 1 de outubro de 1974, foi estabelecido um acordo com o Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa, tendo o respetivo contrato de trabalho entrado em vigor naquela data (*Relatório... 1974*). Em 1975 e 1976, foi adquirido um computador e instalado o sistema de climatização, ao mesmo tempo que foram melhoradas as instalações, devido ao aumento do movimento da Caixa. Como é sabido, esta, como as restantes

caixas económicas, não foram abrangidas pela nacionalização da banca, em 1975 [Valério (coord.), 2010: 239-242]. O último relatório consultado é de 1976; em 1977 foi publicado o balancete (*Diário do Governo*, 3.ª série, n.º 60, de 13 de março de 1977). Em 26 de janeiro de

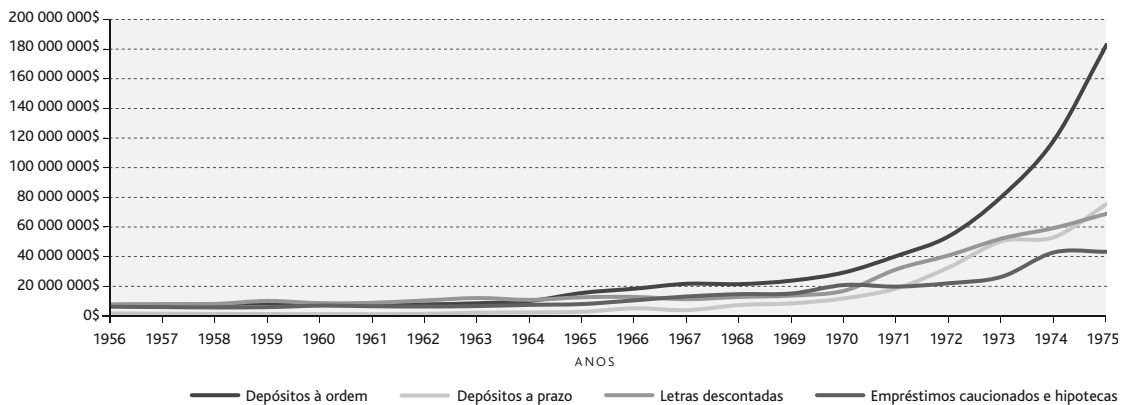
1991, a Caixa Económica de Angra do Heroísmo — que tinha agências na Praia da Vitória, na cidade de Velas e em São Jorge — foi integrada na Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (<http://www.cemah.pt>).

GRÁFICO 1 — Caixa Económica de Angra do Heroísmo (1956-1975)
(Capital e reservas, lucros, ativo)



Fonte: Relatório e Contas (1956-1975).

GRÁFICO 2 — Caixa Económica de Angra do Heroísmo (1956-1975)
(Depósitos à ordem, depósitos a prazo, letras descontadas, empréstimos caucionados e hipotecas)



Fonte: Relatório e Contas (1956-1975).

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Caixa Económica de Angra do Heroísmo (Instituição de Beneficência). Fundada em 1845. Estatutos. Aprovados

por Alvará de 24 de Maio de 1913 e publicados no Diário do Governo, n. 127, de 2 de Junho do mesmo ano, Lis-

CAIXA ECONÓMICA DE AVEIRO (1858-1920)

boa, Imprensa Nacional, 1913; *idem*, *Estatutos*, aprovados por Alvará de 15 de novembro de 1924; *Caixa Económica de Angra do Heroísmo. Relatório, Contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, 1890-1976, 1891-1976*; SILVA, António Delgado da, *Collecção Oficial da Legislação Portuguesa. Anno de 1844-1845*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1845; SOUSA, Paulo Silveira, «Gerir o dinheiro e a distinção. As Caixas Económicas de Angra do Heroísmo e os seus corpos dirigentes (1845-1915)», in *Arquipélago — História*, 2.ª série, VI,

2002, pp. 293-346; VALÉRIO, Nuno (coord.), *História do Sistema Bancário Português*, vol. II, Lisboa, Banco de Portugal/Eurosistema, 2010; «Caixa Económica da Misericórdia. História», <http://www.cemah.pt>; Legislação: *Diário do Governo*, n.º 216, de 26 de setembro de 1901; 2.ª série, n.º 95, de 28 de abril de 1928; 1.ª série, n.º 185, de 18 de agosto de 1965; 3.ª série, n.º 60, de 13 de março de 1977.

JAM

CAIXA ECONÓMICA DE AVEIRO (1858-1920)

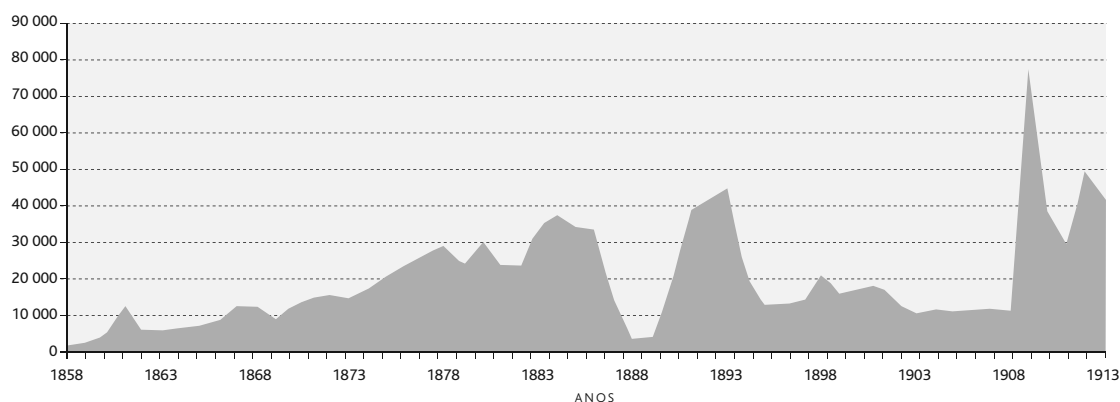
A Caixa Económica de Aveiro (CEA) foi fundada em 1858, nos termos da Lei de 12 de março de 1845, que visava a instituição de uma caixa em cada capital de distrito. Foi seu promotor o governador civil de Aveiro, Nicolau Anastácio de Bettencourt (1810-1874), que, já em 1844-1845, no exercício dessas funções, criara a Caixa Económica de Angra do Heroísmo, do mesmo modo que, anos mais tarde, estaria na origem das Caixas Económicas de Horta e Portalegre (a ele se deve, também nesse anos de 1858, a fundação da Associação Comercial de Aveiro). A conjuntura de alta de preços, entre 1852 e 1857, e a importância atribuída, durante a Regeneração, ao crescimento do mercado financeiro terão facilitado a instituição da CEA. Em 5 de abril de 1858, é constituída a sociedade entre os 43 fundadores. A aprovação dos estatutos, «elaborados e apresentados» pelo governador civil (e publicados em 14 de abril), não foi pacífica. Não obstante se defender que «uma caixa económica não é um banco», que «é para os pobres que economizam tostões, e não para os capitalistas que depositam contos de réis», terão sido introduzidas algumas alterações «essenciais, como não fixar o máximo do valor dos depósitos e não taxar o juro que deve perce-

ber este estabelecimento nos contratos que realizar, porque ainda que seja criado para socorrer as classes mais precisadas da sociedade, a CEA não deve ficar prejudicada nas transacções em que entrar, e que diminuindo o juro aos depositantes os afasta, sem utilidade recíproca». A CEA acabou por adotar o modelo da de Angra do Heroísmo, diferente, pois, do das caixas criadas e administradas pelas associações de socorros mútuos ou do das caixas criadas por bancos, com capitalização de juros. Em 12 de maio, é eleita a primeira direcção, constituída pelos líderes dos regeneradores locais, cujas políticas eram defendidas nas páginas do *Campeão do Vouga* (1852-1859): Nicolau Anastácio de Bettencourt (presidente); Manuel José Mendes Leite (vice-presidente); Sebastião de Carvalho Lima (tesoureiro); Bento J. R. Xavier de Magalhães (vice-tesoureiro); Agostinho J. D. Pinheiro e Silva (secretário); Joaquim J. de Carvalho Góis (vice-secretário). A inauguração verificou-se em 20 de maio. As suas operações começaram dois dias depois. Abria aos domingos e quintas-feiras, das 9 às 12 horas. Em julho de 1858, a CEA tinha apenas 72 depositantes; duas décadas depois, eram 500. Em 1880, quando o saldo dos depósitos atingiu os 120 405\$790 réis,

contava 978. O grande crescimento desses anos era então atribuído à melhoria do mercado monetário e às remessas do Brasil, embora a maioria dos depositantes (454 com menos de 50\$000) pertencesse «a classes que dispõem de poucos meios». Esse incremento implicava, também, um aumento, «sem necessidade», «da responsabilidade dos gerentes», cuja atividade não era remunerada. Em 1907, a CEA contava 2102 depositantes; em 1912, esse número cifrava-se em 6284. Em 1883, para Costa Goodolphim, era a Caixa «mais antiga e a mais importante», embora considerasse que «ainda deixava muito a desejar». Até 1887, ano em que a Caixa Geral de Depósitos abriu uma filial, a CEA foi a única instituição de crédito da cidade,

mantendo, no entanto, as características com que nascera, contra a vontade dos «muitos que queriam que as suas operações se alargassem mais». Nos anos seguintes, a Caixa Económica Portuguesa e o Banco de Portugal* (1890) abrem agências na cidade, oferecendo «variada expansão ao dinheiro e ao comércio». A CEA ressentiu-se da concorrência. Os valores excepcionais de 1909 (ver gráfico) estarão relacionados com «o retraimento da agência do Banco de Portugal». Os resultados «animadores» que apresentou, depois, contribuíram decisivamente para a construção do Hospital da Misericórdia e para o apoio da Associação Aveirense de Socorros Mútuos das Classes Laboriosas, fundada em 1864.

GRÁFICO — Evolução dos depósitos (em réis) (1858-1913)



Fonte: Relatório da Caixa Económica de Aveiro, 1913.

Os 2102 depositantes de 1907 tinham a seguinte distribuição socioprofissional: «Proprietários: 452; costureiras e criadas: 401; domésticas: 277; agricultores: 210; artífices: 164; funcionários públicos, civis e militares: 161; negociantes e industriais: 132; pescadores e marnotos: 128; marinheiros: 116; de profissão desconhecida: 61.» Para alguma imprensa,

a CEA tinha «livrado da usura excessiva os que trabalham», tendo servido muitas vezes «para animar o trabalho particular e a vida de algumas empresas, fugindo de aventuras, e limitando-se ao nobre intuito dos seus fundadores e [...] da sua discreta e desvelada direcção». Na passagem do quinquagenário da CEA, a sua direcção reconhecia que esta

instituição viera «influir de tal forma na economia da cidade que afoitamente se lhe pode atribuir uma boa parte do seu progresso». Foi então criado um prémio anual de 30\$000 réis para o melhor aluno do liceu local e um subsídio de 50\$000 réis para as escolas da cidade, destinadas à aquisição de mobília e material didático. Mas a concorrência aumenta nesses anos. No final de Oitocentos, os sucessores de José Antunes de Azevedo, um dos fundadores da Associação Comercial de Aveiro, tornam-se representantes, em Aveiro, dos interesses de Pinto da Fonseca & Irmão, do Porto. Em 1908-1910, também o comerciante João Campos da Silva Salgueiro (1871-1920) se dedica à atividade bancária, em Aveiro, tornando-se representante de quatro bancos: Banco Aliança *, Banco Economia Portuguesa *, de Lisboa, Banco Borges & Irmão * e Guilherme G. Correia, estes do Porto. Em 1914, são aprovados novos estatutos da CEA. Cada um dos três diretores passa a receber 5% dos lucros líquidos anuais. Mesmo assim, a sua direção, que alegadamente teria «o quer que seja de iniciação maçónica», chega a ser acusada de «imobilidade cenobita». Sopravam fortes ventos de mudança. Em 1918, o governo reconheceu esta «flor das instituições locais» como instituição de beneficência, isentando-a do pagamento de contribuição industrial, uma vez que, «apartadas as verbas que dos lucros anuais revertem para o capital, fundo de reserva e amortização, o excedente é aplicado em obras de caridade e de auxílio social, com dádivas que muito têm contribuído para bem dos necessitados». Todavia, o seu tempo escoara-se. Em 1919, falava-se da possibilidade de a CEA se tornar um banco. Em janeiro de 1920, dizia-se abertamente que havia quem fizesse «mais e em melhores con-

dições», pelo que a CEA teria «de obedecer à lei natural», «transformando-se o mais depressa possível, aproveitando dessa transformação o mais que ser possa para a beneficência e para auxiliar a pobreza [...], visto já não ser precisa para o fim a que estava destinada». Jaime de Magalhães Lima, uma das poucas vozes dissonantes, proclamou que «a venda da Caixa seria moralmente uma indignidade». Em meados de maio de 1920, a CEA é adquirida pelo Banco Regional de Aveiro * — fundado em 7 de janeiro desse ano —, «por 201 100\$00», importância que foi doada ao Hospital da Misericórdia, continuando, todavia, a ter contabilidade e existência autónoma dentro do Banco Regional de Aveiro (BRA) até 1941. Em 1927, a direção do banco decide que a CEA ficaria com 20% dos lucros para constituição de um fundo de reserva próprio. Em 1929, no quadro das enormes dificuldades e da reestruturação por que passou o BRA, foi longa e acaloradamente discutido o estatuto da «secção» CEA. Alguns dos sócios da CEA que votaram a sua integração no BRA chegaram a manifestar-se arrependidos. Todavia, em 1930, foi decidida a sua integração faseada mas definitiva no banco. Dos seus lucros líquidos sairia uma percentagem para a «assistência pública», conforme decisão da assembleia geral. Em 1938, os acionistas do BRA votaram a transferência de todas as contas da «secção» Caixa Económica, deixando apenas em movimento na referida «secção» as contas de depósitos e empréstimos sobre penhores. Em 1940, é chamado à direção do BRA o velho professor Francisco Augusto Silva Rocha certamente para acalmar os descontentes com a solução adotada. Foi assim que, em 1941, se deu a incorporação completa dos serviços da CEA no BRA.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivo Distrital de Aveiro, Aveiro, not. J. L. Ribeiro, liv. 441-17, fls. 39-44; *Diário do Governo*, n.º 63, de 15 de março de 1845; *Relatórios da Caixa Económica de Aveiro*, 1880, 1907, 1909, 1911-1919; *O Campeão do Vouga*, 1858; *Campeão das Províncias*, 1908-1911; *O Democrata*, 1908-1920; *Distrito de Aveiro*, 1918; *Vitalidade*, 1907-1908; CASTRO, D. L. de, *Credito Agricola Democratico*, Lisboa, 1911; GOODOLPHIM, C., *As Caixas Económicas*, Lisboa, 1880, e *idem*, *Les institutions de prévoyance du Portugal*, Lisboa, 1883; HERCULANO, A. «Da institui-

ção das Caixas Económicas», in *Opúsculos*, II, Lisboa, 1986; NUNES, Ana Bela, BASTIEN, C., e VALÉRIO, N., *Caixa Económica. Montepio Geral. 150 Anos de História, 1844-1994*, Lisboa, 1994; Rodrigues, M. F., *A Associação Comercial de Aveiro e o Estado da Barra em Meados do Século XIX*, Aveiro, 1998; SOUSA, P. S. e, «Gerir o dinheiro e a distinção. As caixas económicas de Angra do Heroísmo e os seus corpos dirigentes (1945-1915)», in *Arquipélago. História*, 2002.

MFR

CAIXA ECONÓMICA DE VILA NOVA DE GAIA (1905-1975?)

A Caixa Económica de Vila Nova de Gaia, anexa às Associações Fúnebre Vilanovense de Socorro Mútuo, Oliveirense de Socorros Mútuos e Fúnebre para ambos os sexos e Montepio Vilanovense de Socorro Mútuo «Costa Goodol fim», terá sido fundada em 1905, como consta sistematicamente dos *Relatórios e Contas da Direcção de 1961-1975*. Porém, não tivemos acesso a fontes que permitissem acompanhar o seu percurso até 1947, excetuando a referência à sua existência, na década de 1920 [Valério (coord.), 2006: 233], e os dados estatísticos, integrados nos gráficos adiante apresentados. Naquele ano, foram publicados os seus novos estatutos (*Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 263, de 11 de novembro de 1947). O capital da Caixa era de 300 000\$00, concorrendo cada uma das associações com 100 000\$00. Os seus fins eram: «Estimular o espírito de economia, facultando meios seguros de tornar proveitosa a acumulação de quantias que, pela sua relativa importância, dificilmente possam encontrar aplicação proveitosa, recebendo essas quantias como depósito à ordem ou a prazo e com vencimento de juros»; «Dar aplicação remunerado-

ra a esses depósitos pela forma designada no capítulo II» (*Estatutos da Caixa Económica de Vila Nova de Gaia*, capítulo I, artigo 2.º, 1.º e 2.º) Os depósitos à ordem e a prazo tinham um limite mínimo (5\$00 e 1000\$00, respetivamente), enquanto os limites máximos eram estabelecidos pela direcção, ouvido o conselho fiscal (*idem*, artigo 6.º). Os relatórios e contas da direcção disponíveis dizem respeito aos anos de 1961 a 1975, pelo que, até este período, não podemos acompanhar a evolução da Caixa Económica de Vila Nova de Gaia. No *Relatório de 1961*, a direcção declara que os resultados foram inferiores aos de 1960 (ativo de 14 431 217\$00; lucro de 74 362\$95), devido: a) à elevação das taxas de juro [pagas] às associações anexas, para evitar prejuízos mais graves, que resultariam de um eventual levantamento dos depósitos, para lhes dar melhores aplicações; b) ao facto de a Caixa ter deixado de ser correspondente do Banco Borges & Irmão*, que, em dezembro de 1961, inaugurou uma agência no concelho de Vila Nova de Gaia. Todavia, aquela continuava a ser correspondente de duas instituições financeiras importantes — Banco Totta

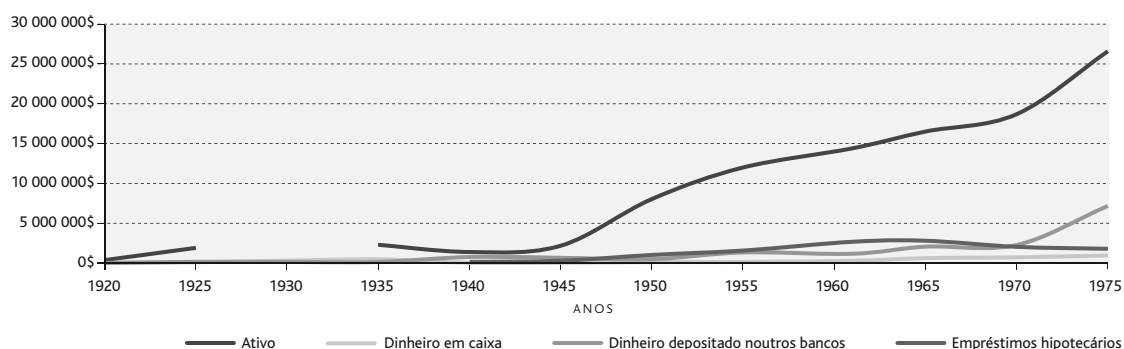
CAIXA ECONÓMICA DE VILA NOVA DE GAIA (1905-1975?)

Aliança* e, a partir daquela altura, também do Banco Português do Atlântico* —, ao mesmo tempo que prosseguiam os contactos com outros bancos, com vista a que a Caixa também os representasse (*Caixa Económica de Vila Nova de Gaia. Relatório e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal. Gerência de 1961*). O desenvolvimento da Caixa, até 1965, não foi significativo. O lucro neste ano foi de 78 383\$82, um pouco inferior ao do ano transato, o que foi atribuído à descida das taxas dos juros — por imperativo legal, dos bancos onde a instituição

tinha depositado dinheiro, de 4% para cerca de 2,9%, nos depósitos a prazo, e de 1% para 0,5%, nos depósitos à ordem (*idem... 1965*). No ano seguinte, o lucro diminuiu cerca de 8000\$00 (para 69 945\$10), «não por terem descido as receitas, mas com o aumento de encargos, por actualização dos vencimentos aos empregados, que a Direcção resolveu fazer, depois de bem ponderar». Alude-se também aos impedimentos de transações previstas, mas não se aduzem motivos (*idem... 1966*). Neste ano, aliás como nos restantes e nos termos dos próprios esta-

GRÁFICO 1 — Caixa Económica de Vila Nova de Gaia (1920-1975)

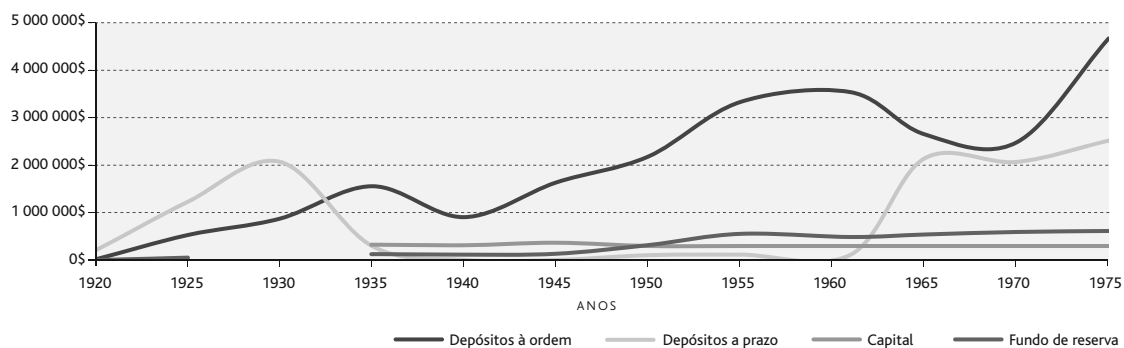
(Ativo, dinheiro em caixa, dinheiro depositado noutros bancos, empréstimos hipotecários)



Fonte: Anuário Estatístico (1921-1955); Relatório e Contas (1961-1975).

GRÁFICO 2 — Caixa Económica de Vila Nova de Gaia (1920-1975)

(Depósitos à ordem, depósitos a prazo, capital, fundo de reserva)



Fonte: Anuário Estatístico (1921-1955); Relatório e Contas (1961-1975).

tutos (artigo 25.º), os lucros foram distribuídos do seguinte modo: para amortização de móveis e utensílios — 5%; para reforço do fundo especial — 20%; para distribuir pelas associações a que a Caixa é anexa, proporcionalmente ao capital acrescido da parte que cada uma tiver no fundo especial à data do fecho de cada exercício. À medida que outros bancos iam instalando as suas agências ou balcões em Vila Nova de Gaia, a Caixa ia sendo afetada nos resultados. Por exemplo, relativamente ao exercício de 1967, a direção esclarece: «O lucro deste ano, em comparação com o ano anterior, foi inferior — cerca de 15 000\$00 — pelo facto de termos deixado de ser correspondentes do Banco Português do Atlântico, pelo que deixamos de ter em comissões cerca de 25 000\$00.» (*Idem...* 1967.) Nos anos seguintes (1968-1975), a Caixa Económica de Vila Nova de Gaia, em alguns exercícios, registou uma diminuição dos lucros líquidos, embora por motivos diferentes. Com efeito, enquanto em 1968 o decréscimo do lucro líquido (em 15 000\$00) se deveu ao regresso do empregado que tinha estado a cumprir o serviço militar, o que aumentou as despesas em cerca de 38 000\$00, já em 1969 a redução (para 23 913\$88) era atribuída ao facto de a Caixa ter deixado de ser correspondente do Banco

Totta-Alliança. Por sua vez, no ano seguinte, 1970, o decréscimo deveu-se ao aumento dos encargos com as taxas de juro pagas aos depositantes (*idem...* 1968, 1969 e 1970). Nos inícios dos anos 1970, a uma descida dos lucros líquidos em 1971 (que foram de 26 390\$70), 1972 (20 953\$70) e 1973 (13 883\$10), já em 1974 e 1975 — últimos exercícios para os quais tivemos acesso aos *Relatórios e Contas* —, aqueles sofreram uma subida considerável, pois atingiram, respetivamente, 27 357\$50 e 41 710\$10.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Anuário Estatístico de Portugal 1921-1955, Lisboa, Imprensa Nacional, 1922-1956; *Caixa Económica de Vila Nova de Gaia* [...]. *Relatório e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal. Gerências de 1961-1975; Estatutos da Caixa Económica de Vila Nova de Gaia. Anexa às Associações: Fúnebre Vilanovense de Socorro Mútuo, Oliveirense de Socorros Mútuos e Fúnebre para Ambos os Sexos e Montepio Vilanovense de Socorro «Costa Goodolfim»*, aprovados em assembleia geral de delegados a esta Caixa, no dia 25 de setembro de 1927, e publicados no *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 263, de 11 de novembro de 1947; Decreto n.º 19 281, de 29 de janeiro de 1931, e seu regulamento pelo Decreto n.º 20 944, de 27 de fevereiro de 1932; VALÉRIO (coord.), *História do Sistema Bancário Português*, vol. 1: *Da Formação do Primeiro Banco Português à Assunção pelo Banco de Portugal das Funções de Banco Central. 1922-1931*, Lisboa, Banco de Portugal/Eurosistema, 2006.

JAM

CAIXA ECONÓMICA DO FUNCHAL (1878-1988)

Fundada em 4 de setembro de 1862 por Henrique Camacho, Fernando José Rodrigues e Pedro Júlio de Gouveia, a Associação de Beneficência do Funchal — renomeada, em 1895, de Associação dos Socorros Mútuos 4 de Setembro de 1862 — assentou a sua missão na solidariedade social e na assistência aos seus

associados, residentes na ilha da Madeira. Seguindo os preceitos das agremiações mutualistas portuguesas da época, em 1878 deu-se a criação de uma estrutura financeira anexa à associação, denominada Caixa Económica do Funchal, cujos méritos fundacionais se reportam ao sócio conselheiro Manuel José Vieira

(Silva e Meneses, 1978: 186-190). Os primeiros estatutos conhecidos da casa de crédito datam de 23 de maio de 1897 — dia em que foram aprovados em assembleia geral — e apresentam a instituição como um «receptáculo de quantias que alli se vão juntando, com vencimento de juro annual, ou capitalização d'este, e que se podem retirar quando aprouver» («Processo Caixa Económica do Funchal», Regulamento da Caixa Económica do Funchal, 23 de maio de 1897, artigo 1.º). Os depósitos, entregues em múltiplas de 100\$000 réis, fixaram-se em montantes que variaram entre os 100\$000 réis e os 600 000\$000 de réis (artigo 2.º), ao caber à direção a fixação dos juros atendendo à situação da praça bancária madeirense, embora fosse igualmente estipulado que estes não serão maiores de 5% e menores de 3% ao ano (artigo 6.º). Seguindo os preceitos provindos de outras instituições da mesma índole, o capital da casa-mãe responde pelo dinheiro depositado na caixa económica adjunta (Sameiro, 1995: 47; artigo 10.º), não sendo aceites quaisquer ingêrências dos depositantes na sua administração (artigo 11.º). Os empréstimos sobre penhores — ouro, prata e papéis de crédito — ficarão, obrigatoriamente, aquém do valor real do objeto a penhorar, com a quantia concedida fracionada em múltiplos de 100\$000 réis (artigos 14.º e 15.º). Já no que compete aos empréstimos hipotecários, o seu campo de ação limitou-se às propriedades rústicas ou urbanas circunscritas à cidade do Funchal e aos concelhos do sul da ilha, não sendo permitidos quaisquer empréstimos sobre benfeitorias. Proibiram-se igualmente os empréstimos de quantias superiores a mais de metade do valor real da propriedade e, nos casos em que se verifica a falta de pagamento dos juros, estes subirão drasticamente,

ao fixarem-se em 12% ao ano (artigo 28.º). Na época da aprovação dos referidos estatutos, a direção da Caixa Económica do Funchal apresenta-se constituída por Júlio César de Nóbrega Pereira (presidente), Manuel Anastácio de Ornelas (tesoureiro), Manuel de Olim Perestrelo (vogal), Júlio Augusto Mesquita (vogal) e Francisco Gomes de Gouveia Júnior (secretário). A aprovação governamental dos estatutos foi outorgada somente em 18 de janeiro de 1900 e três décadas mais tarde, em 4 de agosto de 1938, os mesmos são apresentados em documento oficial com a indicação «É quanto consta do regulamento impresso, existente na sede desta associação» (*Processo...*, Regulamento da Caixa Económica do Funchal, 23 de maio de 1897). Em 16 de outubro de 1975, o mesmo compromisso estatutário deu entrada no Banco de Portugal* (*ibidem*), o que indicia a ausência de quaisquer alterações e a evidente desatualização da maior parte do seu articulado, que, em pleno ano de 1975, emprega, como unidade monetária, réis em vez de escudos. As alterações estatutárias só serão efetuadas no início de 1980 e legalmente aprovadas pelo executivo em 27 de fevereiro do mesmo ano (Portaria n.º 26-F1/80, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 7, de 9 de janeiro de 1980; Portaria n.º 63/80, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 48, de 27 de fevereiro de 1980). A importância da fundação da Caixa Económica do Funchal é apresentada na obra *Elucidário Madeirense* como «a primeira tentativa que neste género se fez [na ilha da Madeira] e que foi coroada do melhor êxito, embora nos primeiros anos da sua existência fosse pequeno o seu movimento e muitos se mostrassem pouco inclinados a realizar transacções nesta casa de crédito. Era uma instituição nova e daí o retrai-

mento e as dúvidas que uma parte do público manifestava infundadamente acerca da confiança que ela lhe inspirava». (Silva e Meneses, 1978: 189-190). Os dados estatísticos da instituição expõem, a partir de 1917 até 1929, um aumento generalizado nos resultados contabilísticos do *Balanço*, embora com algumas oscilações pontuais, numa média anual calculada em 3 307 175\$36 (gráfico 1). Os *Empréstimos Hipotecários* e os *Depósitos* seguem a mesma tendência crescente, ainda que se verifique pequenos retrocessos de periodicidade anual que em nada influem na orientação geral ascendente, ao atingirem em 1929, respetivamente, o valor máximo de 3 941 481\$99 e de 4 740 337\$23 (*idem*). No que concerne ao *Dinheiro Depositado noutras Instituições*, o período temporal balizado entre 1917 a 1929 demonstra uma tendência flutuante, num pico superior fixado nos 3 167 764\$28 de 1921 e o mínimo de 278 901\$20 auferido em 1917 (gráfico 2). Para rentabilizar as verbas provenientes dos lucros anuais, a Caixa Económica do Funchal recorreu, nos finais do segundo decénio do século XX, a depósitos de capital em diferentes casas bancárias de renome da praça madeirense, ao parcelar a quantia de 350 795\$02, auferida em 1918, pelas instituições Rocha Machado & C.^a (46 183\$37), Reid, Castro & C.^a* (99 835\$29), Sardinha & C.^a (81 051\$37) e Henrique Figueira da Silva* (123 724\$99) (*Anuário Estatístico de Portugal*, 1919: 249). As citadas casas de crédito, juntamente com o Banco da Madeira*, sofreram um pesado revés a partir de 1930, passando por situações de suspensão de pagamentos, falências e reorganizações, numa conjuntura de crise financeira provocada pela sucessiva baixa de preços da cana sacarina e da vinha — produtos essenciais na economia insular — e pelo encer-

ramento de diversas fábricas e casas comerciais ligadas aos respetivos sectores, com ramificações que influíram no espectro político, nas conhecidas Revoltas da Farinha e da Madeira (1.º semestre de 1931). A suspensão de pagamentos da Casa Bancária Henrique Figueira da Silva, em novembro de 1930, deu início ao desabamento da estrutura bancária insular, afetada pela corrida em massa da população aos estabelecimentos de crédito para efetuar os levantamentos dos respetivos depósitos (Brazão, Abreu, 2008: 19-35; Mello e Carita, 2002: 133-137; Soares, 1979). No intuito de acautelar a Caixa Económica do Funchal de uma súbita avalanche de levantamentos, o Ministro das Finanças, António de Oliveira Salazar, logo no mês de novembro de 1930, incumbiu a Caixa Geral de Depósitos de prestar auxílio financeiro à instituição e esta medida possibilitou a sua sustentabilidade em tempos de crise e de encerramento de instituições de comércio bancário (Brazão e Abreu, 1931: 195). A partir da década de 30 e até meados da década de 50, a casa de crédito evidenciou, embora com ligeiros períodos de oscilação, um crescimento sustentável em todos os parâmetros apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística (gráfico 1), exceção feita à conta *Dinheiro Depositado noutras Instituições*, que mantém o carácter flutuante, atingindo o pico máximo de 8 210 000\$00 no ano de 1945 (gráfico 2). A partir de 1936, num período de rescaldo da crise financeira, a Caixa Económica do Funchal apresenta, pela primeira vez nos seus exercícios contabilísticos, a conta *Fundos Variáveis* assente em 28 000\$00, progredindo até 1956, ano em que chegou aos 4 891 000\$00 (*idem*). Dez anos mais tarde, em 1966, os fundos diminuíram significativamente (1 069 133\$15), num exercício cujo saldo dos

Ganhos e Perdas auferiram os 3 022 706\$61, distribuídos por diferentes rubricas: *Receita da Associação* (1 200 000\$00); *Fundo de Reserva Legal* (1 200 000\$00); *Fundo de Reserva Especial* (500 000\$00); *Fundo de Reformas* (100 000\$00); *Conta Nova* (22 706\$61) («Caixa Económica do Funchal», in *Vida Mundial*, 2 de junho de 1967). O ano de 1969 marca o início das negociações entre a Associação dos Socorros Mútuos 4 de Setembro de 1862 e a Associação de Socorros Mútuos na Inabilidade Gonçalves Zarco com vista à incorporação da segunda na primeira, envolvendo ambas as caixas económicas adjacentes («Processo...», ofício da Inspeção-Geral de Crédito de 19 de março de 1970). Após a aprovação das respetivas assembleias gerais e a oficialização dada pelo Ministério das Corporações e Previdência Social (*Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 163, de 13 de julho de 1971), em 19 de agosto de 1971, o Ministério das Finanças autorizou a incorporação da Caixa Económica Gonçalves Zarco* na Caixa Económica do Funchal*, ao permitir à última abrir uma nova dependência urbana no antigo estabelecimento da primeira, na Rua de Câmara Pestana (*Diário do Governo*, 3.ª série, n.º 195, de 19 de agosto de 1971), juntando-se esta agência à antiga repartição e sede da Rua de João Tavira, adquirida no mês de dezembro de 1889 (Silva e Meneses, 1978: 190). Todo o processo de fusão foi firmado em escritura pública, em 4 de dezembro de 1971, pelo notário funchalense José Noé da Silva Martins (*Diário do Governo*, 3.ª série, n.º 284, de 4 de dezembro de 1971). No final dos anos 70, a instituição apresenta resultados contabilísticos favoráveis, com um visível aumento da rubrica *Capitais e Reservas*, que passou de 70 000 000\$00, auferidos em 1977, para 78 100 000\$00 obtidos em

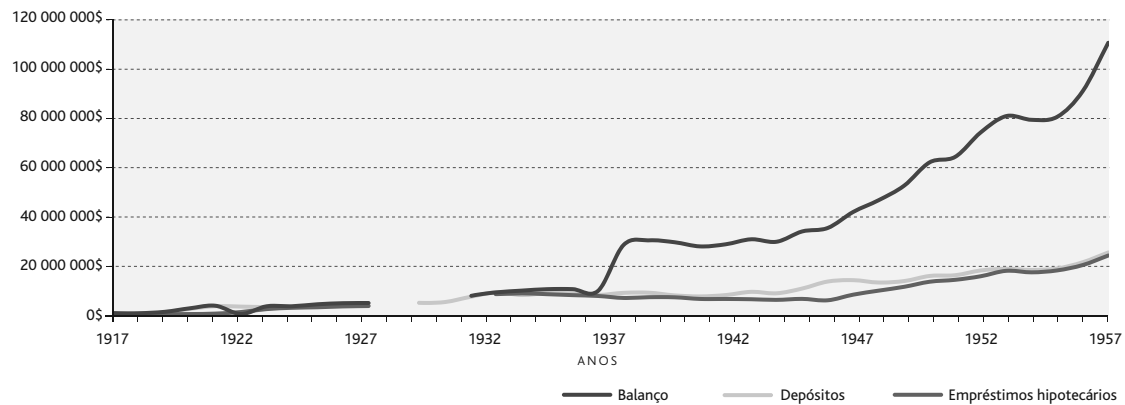
1978, num ano em que se registou um acréscimo anual nos *Depósitos* na ordem dos 419 843 714\$85, fixando-se em 1 548 408 573\$42 («Processo...», balanço em 31 de dezembro de 1977). Já com uma rede de agências disseminadas por Lisboa, Porto e por todos os concelhos da Região Autónoma da Madeira, o ano de 1983 trouxe à Caixa Económica do Funchal novas instalações para a sua sede no Funchal, inauguradas em 5 de maio. Apresentando um conselho de administração constituído por Henrique Abrantes (presidente), Humberto Machado (administrador) e Júlio Bettencourt (diretor-assessor), o *Relatório e Contas* desse ano sublinha que, «apesar da crise que o País atravessa, e que tem afectado sem excepção, todos os seus componentes económicos, a Caixa Económica do Funchal, tendo aumentado em mais de cem por cento o volume de provisões constituídas, conseguiu obter, um resultado líquido praticamente idêntico ao Exercício de 1982». O aumento dos *Depósitos*, assentes em 18 658 143 000\$00, ajudou na subida exponencial do *Balanço* em cerca de 4,5 milhões de contos, se comparado com o exercício do ano anterior, auferindo ainda um resultado líquido de 201 489 779\$59, repartido pelas rubricas *Reserva Geral* (44 600 000\$00), *Reserva Especial* (11 450 000\$00), *Outras Reservas* (143 950 000\$00) e *Conta Nova* (1 489 779\$59) (*Relatório e Contas*, 1983). Os anos seguintes foram de extrema dificuldade para a instituição, que se encontrou próxima da rutura financeira e da inevitável falência, com um passivo acumulado que rondou os 7 milhões de contos. No intuito de salvar a casa de crédito, um grupo promotor de empresas nacionais, regionais e individualidades, no qual se destaca o comendador Horácio Roque, propôs a criação de um

banco comercial a partir da absorção de todo o património da Caixa Económica («Morreu Horácio Roque», in *Diário de Notícias da Madeira*, de 20 de maio de 2010). Após o parecer favorável do governo da Região Autónoma da Madeira e do Banco de Portugal, o executivo liderado por Aníbal Cavaco Silva, com o Ministro das Finanças Miguel Cadilhe, autorizou, através de portaria de 4 de dezembro de 1987, a

constituição do Banco Internacional do Funchal, S. A. (BANIF), com o capital social realizado de 11 milhões de contos, levando desde modo à extinção da Caixa Económica do Funchal, a partir de 15 de janeiro de 1988, data em que foi constituído formalmente o novo grupo financeiro (portaria de 4 de dezembro de 1987, publicado no *Diário do Governo*, 2.^a série, n.º 292, de 21 de dezembro de 1987).

GRÁFICO 1 — Caixa Económica do Funchal (1917-1956)

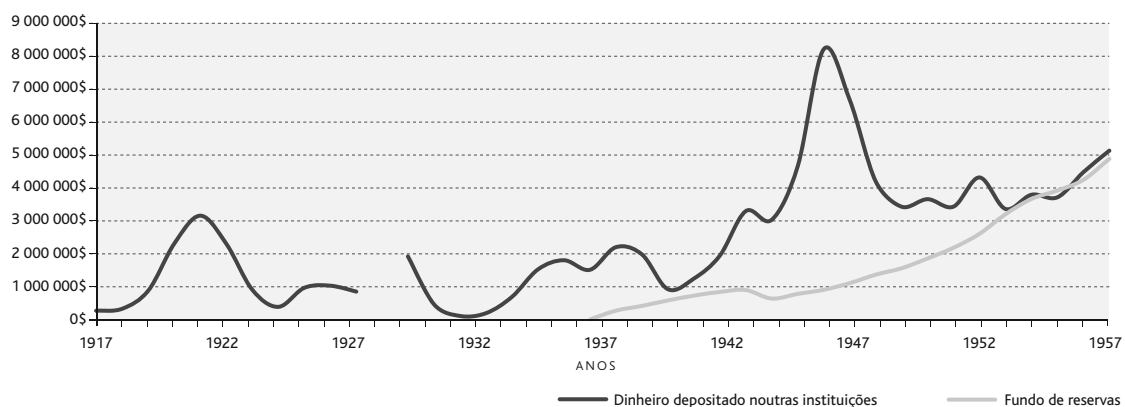
(Balanço, depósitos e empréstimos hipotecários)



Fonte: Anuário Estatístico de Portugal (1919-1956).

GRÁFICO 2 — Caixa Económica do Funchal (1917-1956)

(Dinheiro depositado noutras instituições e fundos de reserva)



Fonte: Anuário Estatístico de Portugal (1919-1956).

CAIXA ECONÓMICA DO MONTEPIO GERAL (1844-)

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivo Histórico do Banco de Portugal, «Processo Caixa Económica Gonçalves Zarco»; «Processo Caixa Económica do Funchal»; *Anuário Estatístico de Portugal. 1919-1956*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1920-1957; BRASÃO, Maria Elisa de França, e ABREU, Maria Manuela, *A Revolta da Madeira 1931*, 2.ª ed., Funchal, DRAC, 2008; CARITA, Rui, *Associação Comercial e Industrial do Funchal — Esboço Histórico (1933-2002)*, Lisboa, Edicarte, maio de 2003; *Caixa Económica do Funchal. Relatório e Contas 1983*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1984; «Caixa Económica do Funchal», in *Vida Mundial*, n.º 1460, 2 de junho de 1967; CARITA, Rui, e MELLO, Luís de Sousa, *Associação Comercial e Industrial do Funchal — Esboço Histórico (1836-1933)*, Lisboa, Edicarte, maio de 2002; «Morreu Horácio Roque», in *Diário de Notícias da Madeira*, de 20 de maio de 2010; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Car-

los A., *Elucidário Madeirense*, vol. 1, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978; SAMEIRO, Pedro, «A reforma da legislação das Caixas em Portugal», in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 55.º, janeiro de 1995, pp. 19-85; SOARES, João, *A Revolta da Madeira: Documentos*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, abril de 1979. Legislação: *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 163, de 13 de julho de 1971; 3.ª série, n.º 195, de 19 de agosto de 1971; 3.ª série, n.º 284, de 4 de dezembro de 1971; *Diário da República*, 1.ª série, n.º 133, de 8 de julho de 1977; 3.ª série, n.º 77, de 2 de abril de 1979; 1.ª série, n.º 7, 3.º suplemento, de 9 de janeiro de 1980; 1.ª série, n.º 48, de 27 de fevereiro de 1980; 1.ª série, n.º 40, de 18 de fevereiro de 1986; 2.ª série, n.º 292, de 21 de dezembro de 1987.

DMF

CAIXA ECONÓMICA DO MONTEPIO GERAL (1844-)

A Caixa Económica do Montepio Geral (CEMG) — oficialmente Caixa Económica de Lisboa até 1991 — foi criada por Decreto de 4 de janeiro de 1844, anexa àquela associação de socorros mútuos, fundada em 1840. A sua criação insere-se num ambiente de relativa prosperidade económica, associada à política de desenvolvimento do governo presidido por Costa Cabral entre 1842 e 1846, mas também de euforia e especulação financeiras, que antecederam a crise de 1846-1847, e de expansão da atividade e diversificação do sistema bancário e financeiro português. Neste contexto, surgiram as primeiras caixas económicas. Com exceção da CEMG, aquelas apareceram anexas às principais companhias bancárias ou parabancárias então criadas e, tal como elas, teriam um êxito rápido mas fugaz face ao desencadear daquela crise, contrariamente ao que sucederia com a Caixa Económica aqui tratada [Valério (coord.),

2006]. Como as suas congéneres, a CEMG tinha como primeiro desígnio captar e remunerar pequenas poupanças (inicialmente entre 100 e 500 mil réis), a juros bem superiores aos dos bancos comerciais (inicialmente 3% ao ano). Até finais de 1845 tinha angariado depósitos no valor de 5,5 contos, menos de $\frac{1}{50}$ do valor conseguido pela sua concorrente da Companhia Confiança Nacional. A sua atividade creditícia limitava-se praticamente a empréstimos sobre penhores, sobre os quais incidia uma taxa de juro 2% superior à que remunerava os depósitos. A crise de 1846-1847 e as suas consequências foram bastante menos negativas para a CEMG do que para as suas concorrentes, que, na prática, desapareceram. Contudo, até ao início da década de 1850, a sua atividade, confinada a um balcão em Lisboa, estagnou, apresentando as contas um pequeno saldo positivo sempre inferior a 1 conto. As dificul-